DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASILIA, terça-feira, 2 de outubro de 1973 — ANO VI - Nº 150



Aspectos Gerais da Consolidação de Brasília e Atividades da SVO



A convite da Associação Comercial do Distrito Federal, o Secretário Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, de Viação e Obras, proferiu palestra no Auditório da Novacap subordinada ao tema "Aspectos Gerais da Consolidação de Brasília e Atividades da Secretaria de Viação e Obras". A palestra foi assistida, dentre outros, por membros da ACDF, pelo Professor Caio Flávio Prates da Silveira, Chefe do Gabinete Civil do GDF; Diretor do Detran, Coronel Gilberto Pessanha; Superintendente da Novacap, Engenheiro Valdoir Menezes Ferreira (Página 2)

FEDF convoca professores

Os professores classificados no Concurso para Regentes de Classes de 1ª e 4ª séries, do Ensino de 1º Grau - Zona Urbana e Rural - estão sendo convocados pela Fundação Educacional do Distrito Federal.

Os classificados para a Zona Urbana do 450º ao 515º lugares, bem como os classificados para a Zona Rural do 100º ao 111º lugares, devem se apresentar até o dia 5 de outubro corrente, na Divisão de Seleção e Movimentação de Pessoal, no 5º andar do Anexo do Palácio do Buriti, das 8:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30 horas, para a assinatura do contrato de trabalho.

No ato, os candidatos devem apresentar os seguintes documentos: Carteira Profissional; Carteira de Identidade; Carteira de Saúde; Certificado de Reservista ou de Dispensa do Serviço Militar; Título de Eleitor; Atestado de Antecedentes, com validade até 90 dias; Atestado de Idoneidade firmada por duas pessoas; Atestado Médico - sanidade física e mental - com validade até 60 dias; três fotos tamanho 3 x 4; e o diploma de Normalista.

O candidato que deixar de se apresentar ou não aceitar a escola para a qual for encaminhado, será considerado desistente.

Curso de Informações do CGC

Curso de Informações de CGC - Cadastro Geral de Contribuintes - será ministrado por técnicos especializados da Secretaria da Receita Federal, aos Contabilistas de Brasília, no Auditório do SESC - Setor Comercial Sul, amanhã, dia 3, das 8 às 12 e das 14 às 18 horas.

O Curso visa a orientar aqueles profissionais no que diz respeito às modificações havidas na Legislação do Recadastramento e Cadastramento no CGC em todo território nacional.

Maiores informações na Delegacia da Receita Federal em Brasília - fone 23-0623. A inscrição será no ato do comparecimento.

SSP convoca candidatos a permissionário de táxi

Os candidatos à permissão de placas de táxi, colocados até o centésimo lugar, tanto para táxis mirins como convencionais, estão sendo convocados pelo Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos do DF, para complementar sua documentação.

Na oportunidade, deverão ser apresentados Atestados de Antecedentes, Certidão Negativa de Débito para com as Fazendas Públicas Federal e do DF e prova de propriedade do veículo, se o Atestado de Antecedentes não registrar infração penal. Neste caso, a outorga da permissão dependerá de um exame e parecer favorável no processo.

Findo o prazo concedido de trinta dias, a contar da data de publicação de edital no jornal DISTRITO FEDERAL, o processo será definitivamente arquivado e convocado o candidato seguinte.

Diploma de Mérito para professores

Cinquenta professores do Departamento de Ensino de 1º Grau receberão o Diploma de Mérito, no "Dia do Professor", *que será comemorado no* próximo dia 15. Nessa data, o DE-1º Grau oferecerá, também, o Prêmio Educação Primária.

Os nomes dos professores concorrentes estão sendo indicados pelos diretores dos estabelecimentos de ensino, com base nos critérios para concessão, estabelecidos pela Escola de Trabalho da Divisão de Ensino.

0o0

DISTRITO FEDERAL

Bancas de Jornais e Revistas na Avenida W/3, Plano Piloto, em que podem ser adquiridos exemplares do **DISTRITO FEDERAL:**

CASA DO PEQUENO POLEGAR - Av. W/3, Q. 509.

BANCA PREDIAL-BRASÍLIA - Do sr. Francizek Limach. Quadra 502, ao lado da Inca S/A.

BANCA J. SILVA - Do sr. José Lindolfo da Silva. Quadra 504, ao lado da Drogaria Carioca.

BANCA DOM BOSCO - Do sr. Antônio Barbosa, quadra 506 ao lado da Padaria Dom Bosco.

BANCA BANCO FRANCÊS - Do sr. Divino Rodrigues Faria. Quadra 507, ao lado do Banco Frances.

BANCA CRUZEIRO DO SUL - Do sr. Miguel Dante, Quadra 507, ao lado da Caixa Econômica.

BANCA BRASÍLIA - Do sr. Raimundo Caiado. Quadra 508, ao lado dos Correios e Telégrafos.

EDIFÍCIO DO I.R.B. - Setor de Autarquias Sul - andar térreo.

BANCA MARIA GARCIA SILVA - SQ-303.

BANCA SAN FRANCESCO DI PAOLA - SQS-312.

TCB abre inscrição: motoristas

A Sociedade de Transportes de Brasília - TCB- está necessitando de motoristas profissionais.

Quem tiver no mínimo 21 e no máximo 42 anos poderá se inscrever, na sede da empresa, localizada no Setor de Garagens Oficiais de 8 às 11:30 h e das 14:30 às 16:30 horas.

A TCB esta exigindo os seguintes documentos: Carteira Nacional de Habilitação, com o mínimo de dois anos de expedida; Certificado de Reservista; Título de Eleitor; e Carteira de Identidade.

Feira de Livros Infantis



Em homenagem à Semana da Criança, uma Feira de Livros Infantis está sendo promovida pelas Edições Paulinas, na Livraria São Paulo. A instalação da Feira foi feita em ato presidido pela Professora Clélia de Freitas Capanema, Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal e Diretora-Geral de Pedagogia da Secretaria de Educação e Cultura do GDF (Página 2)

Curso de Redação Oficial no Cest

Estão abertas, até o proximo dia 10, as inscrições para o Curso de Redação Oficial por Correspondência, a ser ministrado pelo Centro de Seleção e Treinamento, da Secretaria de Administração.

Os interessados poderão se inscrever preenchendo um cupon que foi publicado no jornal "Distrito Federal" dia 27 passado e enviando-o à sede do CEST, no Setor de Garagens Oficiais.

Aspectos Gerais da Consolidação de Brasília e Atividades da SVO

Uma palestra, que teve como tema os "Aspectos Gerais da Consolidação de Brasília e Atividades da Secretaria de Viação e Obras" foi proferida pelo titular desta Pasta, Sr. Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, no Auditoprio da Novacâp.

Para fazer a explanação, solicitada pela Associação Comercial do Distrito Federal, o Secretário de Viação e Obras utilizou-se de "slides", mostrando as obras realizadas e em realização pela SVO.

Inicialmente, o conferencista abordou os Aspectos Gerais da Consolidação de Brasília, relacionando a cidade com a política econômica nacional e o Programa de Ingregação Nacional; o Programa de Redistribuição de Terras e Estimulos à Agro-Indústria do Norte e Nordeste; e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

ATIVIDADES DA SVO - Falando, em seguida, sobre a Secretaria de Viação e Obras, o Sr. Odílio Bitencourt traçou um perfil das suas atividades, seguindo esta ordem: aspectos históricos, estrutura, competências e atribuições, metas e objetivos, e informações sobre as obras prioritárias.

Concluindo sua palestra, assistida por membros da Associação Comercial do Distrito Federal; pelos Srs. Caio Flávio Prates da Silveira, Chefe do Gabinete Civil do GDF; Valdoir Menezes Ferreira, Superintendente da Novacap; e outras autoridades, o Sr. Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt disse: "Com todo esforço a nosso alcance temos procurado intensificar a ação do desenvolvimento na busca da consolidação definitiva da nossa Capital."

Posto de Informações no Ginásio de Esportes

Um posto de informações, para prestar esclarecimentos sobre as atividades do Centro Desportivo Presidente Médici, notadamente do Ginásio de Brasília, foi instalado na entrada no. 4 daquela praça de esportes, pela Administração das Unidades Desportivas do DF.

Segundo o Superintendente João Luiz Batista de Paula, ao visitante serão prestadas informações sobre custo operacional, atividades desenvolvidas, frequência, dados estatísticos, capacidade de espectadores e demais itens que despertem a curiosidade popular, com relação ao Centro Desportivo.

Haverá , ainda, um recepcionista que acompanhará o interessado às principais dependências do Ginásio, bem como um registro estatístico do número de visitantes.

CINEMA

ATÉ O ULTIMO SANGUE (All Ultimo Sangue) - Western italiano. Direção de John Byrd. Com Graig Hill, Ettore Manni, Ken Wood e José Greci. Colorido. Cine Cultura, às 14, 16, 18, 20 e 22 hs.

MELINDA - (Melinda) Gangsters. Direção de Hugh A. Robertson. Com Calvin Lockart, Rosalind Cash e Vonetta McGee. Colorido. Censura: 18 anos. Cine Karim, às 16, 18, 20 e 22 hs.

COMO ROUBAR MILHÕES SEM FAZER FORÇA (Never a Dull Moment) - Comédia. Direção de Jerry Paris. Com Dick Van Dyke, Edward G. Robinson e Dorothy Provine. Colorido. Censura livre. Cine Superama Karim, às 16, 18, 20 e 22 hs.

DE VOLTA AO PLANETA DOS MACACOS — Ficção cientifica. Com Charlton Heston. Colorido. Censura: 14 anos. Cine Espacial, às 20 e 22 hs.

EI, AMIGO, DESCANSE EM PAZ — Western italiano. Com Rik Battaglia e Alto Bert. Censura: 14 anos. Cine Nacional, às 20 e 22 hs.

A TEIA DE ARANHA — (Along Came a Spider) - Policial. Direção de Lee Katzin. Com Suzanne Pleshett e Ed. Nelson Colorido. Censura: 18 anos. Cine Drive-in, às 20:15 e 22:30 hs.

OS SEGREDOS DA COSA NOSTRA (The Valachi Papers) Gangsters. Direção de Terence Young. Com Charles Branson e Lino Ventura. Colorido. Cine Atlântida, às 14:30, 16:55, 19:20 e 21:45 hs.

QUANDO O SEXO É DELIRIO (Carmen Baby) - Com Uta Lovks e Claude Ringer. Censura:18 anos. Cine Venâncio, às 16:30, 18:20, 20:10 e 22 hs.

SOB O DOMINIO DO SEXO — Nacional. Direção de Tony Vieira. Com Tony Vieira, Claudette Jaubert e Heitor Gaiotti. Colorido. Censura: 18 anos. Cine Astor, às 14, 16, 18, 20 e 22 hs.

SOB O DOMINIO DO SEXO - Nacional. Dirigido por Tony Vieira. Com Tony Vieira, Claudette Jaubert, Heitor Gaiotti e Eldem Ribeiro. Colorido. Censura: 18 anos. Cine Astor, às 14, 16, 18, 20 e 22 hs.

Feira de Livros Infantis

Uma "Feira de Livros Infantis", em homenagem à Semana da Criança, está sendo promovida pelas Edições Paulinas, na Livraria São Paulo. A instalação da Feira foi presidida pela Professora Clélia de Freitas Capanema, Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal e Diretora-Geral de Pedagogia da Secretaria de Educação e Cultura.

Estiveram presentes ao ato, a Professora Alita Vieira, Coordenadora do Ensino de 1º Grau, da SEC; Padre Arlindo Mombach, Coordenador do Ensino Religioso da Arquidiocese de Brasília; Professoras Lená Caetano Ribas, Diretora da Escola-Classe 108 Sul; Ana Bernadette de Matos, Diretora da Escola-Classe 111 Sul; Maria Luzia da Costa Silva, Chefe da Divisão de Bibliotecas da SEC; Nelci Aires Alarcão, Chefe da Biblioteca Ambulante da Fundação Educacional; Célia Maria Ferreira, Chefe da Biblioteca Infantil 104-304 Sul; outras Diretoras e representantes do Corpo Docente de estabelecimentos particulares de ensino e da rede Oficial de escolas do Distrito Federal.

Destacando o significado da iniciativa, discursou a Professora Clélia de Freitas Capanema, que falou da importância do livro infantil na formação da mente e da personalidade da criança. Frisou ser o livro semente de idéias "e são as idéias que movimentam o homem e fazem a biografia da Humanidade".

Também discursou a Irmã Maria Alice Gregolini, falando sobre o sentido da promoção, que é difundir ao máximo a boa literatura infantil, com o objetivo de divertir, instruir e educar.

A menina Cláudia Coimbra Diniz declamou a poesia "O Livro" e um grupo de alunos da Escola-Classe 305 Sul, sob a regência da Professora Maria do Carmo Freire Leite, apresentou a canção "Criança Ano 2.000", acompanhando o disco do mesmo nome editado pela Livraria Irmãs Paulinas.

Bazar da CEI recebe doação

Uma doação de roupas novas foi feita pela Paróquia de São Judas Tadeu à Campanha de Erradicação de Invasões. As peças foram confeccionadas por um grupo de senhoras que trabalha na própria Igreja.

Dona Vera de Almeida Silveira, Presidente da Campanha, recebeu a doação, destinando-a ao Bazar da CEI que funciona em Taguatinga, onde será vendida a preços simbólicos.

- PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DO GOVERNO ZELANDO PELOS BENS PÚBLICOS.

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, editado pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - Divisão de Divulgação - Diretor J. P. Batista - Redação e Administração: Setor Bancário Sul - Ed. Brasília - 12º andar, telefone 24-1303. Composição e impressão Oficinas do "Correio Braziliense", Setor de Indústrias Gráficas, telefone: 23-3450. Assinatura anual: Cr$ 30,00, número avulso 0,20. Brasília, Distrito Federal.

Palestras nos "Encontros de Orientandas" do Cemab

O projeto "Encontro de Orientandas", do Curso de Habilitação para o Magistério de 1o Grau, do Centro de Ensino Médio Ave Branca, de Taguatinga, vem sendo enriquecido com a realização de uma série de palestras para as alunas. O projeto fou montado pelas assistentes do CEMAB, Professoras Dorothéa Chaves e Yara Ulian.

Os próximos temas a serem desenvolvidos versarão sobre a "Anatomia e Fisiologia do Aparelho Feminino" e a "Profilaxia das Doenças Genitais", sob a responsabilidade do Médico Regis Sales de Azevedo. O Professor Galdino Moreira falará sobre o tema "Tóxicos". A primeira palestra, proferida pelo Assistente Social Geraldino Lopes, versou sobre "Aspectos Morais e Religiosos do Casamento".

Essas palestras , além de enriquecerem o planejamento dos encontros, dão oportunidade aos professores orientadores de avaliarem fenômenos e dimensões dos aspectos formativos contidos nas Normas Regimentais do Ensino Normal Oficial do DF.

FCDF: Programação de Outubro

Um recital de harpa, pela artista Leda Guimarães Natal, amanhã, quarta-feira, às 21 horas, na Sala Martins Penna, dará início à programação de Música estabelecida pela Fundação Cultural do Distrito Federal para o mês de outubro.

Dia quatro, no mesmo local e horário, estará se apresentando o violonista Antônio Carlos Barbosa Lima.

A programação musical prosseguirá, dia 9, com um recital de piano, a cargo de Antônio Guedes Barbosa. Dia 10 será realizada uma audição do Trio Mendelson.

ARTES PLÁSTICAS - No setor de Artes Plásticas, a Fundação Cultural está promovendo, até o dia 7, uma exposição de fotógrafos americanos contemporâneos, na sala do Setor de Difusão Cultural. Esta promoção é em colaboração com a Casa Thomas Jefferson.

De 9 a 14, Reinaldo Eliomar de Freitas Marques da Silva estará expondo seus trabalhos de tapeçaria, pintura, entalhes em madeira e serigrafias. A mostra será montada na sede da FCDF, na Avenida W/3 Sul, Quadra 508.

"Portugal Visto por Varvara Heid" será o tema de uma exposição fotográfica a ser exibida na sede da Fundação, no período de 18 a 30 de outubro corrente. Esta mostra contará com a colaboração da Embaixada de Portugal.

De 19 a 28 haverá uma exposição de serigrafia, de Vasarely. O artista já ganhou prêmios nas exposições de São Paulo, Bruxelas, Nova Iorque e a Medalha de Ouro na Trienal de Milão, entre outros.

LITERATURA - O destaque do mês, no setor de Literatura, será a realização, no período de 2 a 26, do VIII Encontro Nacional de Escritores juntamente com o VI Simpósio de Literatura Brasileira.

O tema central do Encontro será "O Romance Brasileiro Contemporâneo", que será desenvolvido por quatro conferencistas e oito debatedores.

Estão inscritas para o Concurso Literário, que se realiza durante o VIII Encontro, 137 obras nos gêneros de poesia, ficção, literatura infanto-juvenil, crítica ou ensaio literário e memórias ou crônicas.

O prêmio maior, a ser distribuído pela FCDF aos participantes do Concurso, será o "Brasília de Literatura", no valor de 25 mil cruzeiros. Serão também distribuídos outros nove prêmios no valor de sete mil cruzeiros, cada um.

De 15 a 19 será realizada a III Semana de História do Brasil, com uma série de palestras no Setor de Difisão Cultural. Esta é uma promoção conjunta da Fundação Cultural, do DETUR e do CEUB.



NOIVADO - Ficaram noivos o Sr. João Estenio Campelo Bezerra e a Srta Laura Maria d'Oliveira Lins. Ele, advogado e Assessor da Supervisão de Processo Administrativo, da Secretaria de Administração do GDF; e, ela, da alta sociedade baiana, é Miss Bahia 1973 e cursa a Faculdade de Administração de Salvador. Um grupo de amigos e familiares do noivo viajou à capital da Bahia para prestigiar o acontecimento, dentre os quais os Srs. Werner Klaus Pfeilsticker, Erisvaldo Lopes Martins e Hezir Espíndola Gomes Moreira

Encerramento da Semana Florestal



Em ato que contou com a presença do Secretário de Agricultura e Produção, foram plantadas 500 mudas de árvores na sede do Iate Clube de Brasília, encerrando a Semana Florestal

A "Semana Florestal" promovida pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, foi encerrada com o plantio de 500 árvores na sede do Iate Clube de Brasília. A cerimônia contou com a presença do Secretário Manoel Carneiro, do comodoro Onísio Ludovico e de Diretores do ICB. Após o plantio simbólico das árvores (Ipê rosa, Spatodeas e Sibipirunas), foi servido um coquetel às autoridades e convidados.

Em nome do Iate Clube, falou o vice-comodoro Osvaldo Marcondes, ressaltando a necessidade da formação do verde nas áreas de recreação do DF e adiantou que o clube vai promover o plantio de árvores e grama nos claros existentes. O Sr. Osvaldo Marcondes agradeceu a presença do Secretário de Agricultura e a doação das mudas de essências florestais para o bosque que será formado no clube.

Participaram da solenidade os diretores do Iate, Srs. Fernando Palma Lima, Diretor da Sede; Theo Pereira Silva, Diretor Financeiro; Laudo Nadai, Diretor Motor; Afrânio Rodrigues Jr., Diretor Social; Luiz Augusto de Macedo, Diretor de Tênis; Luiz Carlos da Silva, Diretor de Esportes, e Kleber Sampaio, Diretor de Relações Públicas. Compareceram, ainda, ao ato, os Srs. Fernando Barros, Secretário - Executivo da ACAR-DF, e Francisco Porto de Araujo, Diretor do Departamento de Recursos Naturais da SAP.

O Buriti Informa

Um recital de harpa, pela artista Leda Guimarães Natal, amanhã, quarta-feira, às 21 horas, na Sala Martins Pena, dará início à programação de música estabelecida pela Fundação Cultural do DF. Dia 10, no mesmo local, será apresentado o Trio Mendelson.

-o0o-

A nova sede do Centro de Desenvolvimento Social do Guará será inaugurada, no dia 4, pela Secretaria de Serviços Sociais. O Centro tem por objetivo a promoção social daquela comunidade.

-o0o-

As provas de suficiência, destinadas à promoção para os cargos de Mecânico de Motores a Combustão, Motorista e Telefonista do GDF, serão realizadas no próximo dia 13, às 9 horas, no Centro de Seleção e Treinamento. Maiores informações os interessados obterão na sede do Cest, no Setor de Garagens Oficiais.

-o0o-

Os professores classificados no concurso para regentes de classes de 1a. à 4a. séries, do Ensino do 1o. Grau - Zona Urbana e Rural-estão sendo convocados pela Fundação Educacional do DF. Os interessados deverão comparecer ao 5o. andar do Anexo do Palácio do Buriti, durante o expediente.

Estão abertas, até o dia 10, as inscrições para o Curso de Redação Oficial por Correspondência, a ser ministrado pelo CEST. Os interessados poderão se inscrever, preechendo um cupom publicado no "Distrito Federal" do dia 27 passado.

-o0o-

Uma palestra, que teve como tema os "Aspectos Gerais da Consolidação de Brasília e Atividades da Secretaria de Viação e Obras", foi proferida pelo titular da SVO, Sr. Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt. O pronunciamento teve lugar no Auditório da Novacap.

-o0o-

O prédio para a instalação definitiva da Agência dos Correios e Telegrafos do Gama será construído no Setor Leste daquela cidade-satélite. A obra deverá estar concluída dentro de seis meses, conforme cláusula do contrato firmado com a empresa construtora.

-o0o-

Um quadro, no valor de quatro mil e quinhentos cruzeiros, pintado, a óleo, pela artista Helena Coelho Marques, foi oferecido, pela autora, à CEM. A entrega da doação à lider da Campanha, D. Vera de Almeida Silveira, teve lugar no salão de exposição da Decorama.

Detran entrega prêmios da Semana do Trânsito



O Coronel Gilberto Pessanha, Diretor do Detran, e os vencedores do Concurso de Cartazes educativos, referentes à Semana do Trânsito, promovido pela Escola-Classe 206-Sul

A Semana do Trânsito foi encerrada no dia 25, em Brasília, em solenidade presidida pelo Diretor do Departamento de Trânsito do DF, Coronel Gilberto Pessanha. O ato teve lugar no Auditório do DETRAN.

Durante a solenidade foram entregues os prêmios aos vencedores do Concurso de Frases e Cartazes Educativos, referentes à Semana do Trânsito, promovido pela Escola-Classe da 206 Sul.

O Concurso teve como ganhador o aluno Emanuel Pinto de Souza, do Colégio de Taguatinga-Norte, que recebeu, como prêmio, uma Caderneta de Poupança da Caixa Econômica Federal, no valor de 500 cruzeiros.

Em segundo e terceiro lugares foram classificadas duas equipes da Escola Normal de Brasília.

Estiveram presentes, também, o Sr. João Carlos Setti Rocha, representando a Caixa Econômica Federal, assessores do DETRAN e convidados.

"As árvores são grandes geradoras de vapor dágua, que condensando na atmosfera, dão as chuvas, concorrendo para a melhoria do índice de umidade relativa do ar. Cuidando das árvores, Brasília será sempre uma cidade de clima saudável, ameno".

SAP entrega os prêmios a produtores agrícolas

Os produtores rurais dos núcleos de Tabatinga e de Taquara-Pipiripau, que participaram da VIII Exposição Agrícola de Brasília, receberam, do Secretário Manoel Carneiro, da Agricultura, os diplomas e medalhas alusivos à mostra. Alguns granjeiros foram agraciados com troféus e prêmios, pela classificação de seus produtos, e receberam, ainda, como brinde, flâmulas e chaveiros.

Amanhã, o Secretário Manoel Carneiro estará no Núcleo Rural do Rio Preto para fazer a entrega da taça e dos prêmios ao campeão da exposição, Sr. Kaneyoshi Asano, e aos demais participantes do certame que reuniu cerca de 300 granjeiros. No dia 4, o titular da Agricultura fará a entrega dos prêmios aos produtores de Taguatinga, Vargem da Bênção e Alagado.

No grupo de fruticultura, o agricultor Saburo Onoyama, de Taguatinga, foi o grande vencedor, conquistando o 1º lugar, com 14 pontos. Nesse grupo, foram ainda classificados Kauji Sambuiche, também de Taguatinga, com 12 pontos, e José Lino Domingos, que ficou em 3º lugar, com 8 pontos. Em floricultura, Ulisses Ferreira de Mello, de Taguatinga, repetiu a façanha dos anos anteriores, conquistando, pela terceira vez, o primeiro lugar, com 32 pontos.

As últimas taças e prêmios serão entregues, no próximo dia 11, aos granjeiros de Braslândia (Alexandre Gusmão) e nos núcleos de Sobradinho I e II.

Reunião de Diretores de Escolas de Música

O Professor Emanuel Coelho Maciel, Vice-Diretor da Escola de Música de Brasília, representará o Distrito Federal na I Reunião Nacional de Diretores das Escolas de Música, que será realizada em Juiz de Fora, Minas Gerais, no período de 22 a 26 de outubro corrente. A promoção é da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal daquela Cidade, com a colaboração especial do Conservatório Brasileiro de Música e da Sociedade Brasileira de Educação Musical.

A reunião examinará detalhes da situação atual das Escolas de Música, de seus cursos e currículos em face da legislação em vigor e dos objetivos do ensino de Música nos diferentes níveis. Os trabalhos serão desenvolvidos através de conferências, debates e estudos em grupo.

No decorrer do encontro serão abordados os seguintes temas: Situação atual das Escolas de Música; Estudo dos cursos e currículos face às leis de ensino e regulamentação dos cursos de pós-graduação; e vestibular unificado com relação à formação artística e profissional, entre outros assuntos. Todas as escolas de Música do País poderão participar da I Reunião Nacional de Diretores das Escolas de Música.

Equipe do DF conquista 1º lugar em Olimpíada

Brasília acaba de conquistar o primeiro lugar na 1a. Olimpíada Americana de Xadrez Postal por Equipes.

O certame foi jogado por equipes de todos os países americanos.

O Brasil foi representado pela equipe de enxadrista do Distrito Federal.

A classificação final dos principais colocados foi a seguinte: 1º lugar - BRASIL - 47,5 pontos; 2º lugar - Chile - 47,5; 3º lugar - Bolívia - 37,5; 4º lugar - Argentina - 37; 5º lugar - Uruguai - 35,5; 6º lugar - Venezuela - 29; 7º lugar - Colômbia - 18,5; 8º lugar - Honduras - 14; 9º lugar México - 7,5.

A equipe vencedora estava constituída dos exsadristas brasilienses: 1o. tabuleiro, FELIPE Pullen Parente; 2o. tabuleiro, Lincoln LUCENA; 3o. tabuleiro, Frederico BURGOS; 4o. tabuleiro, MILTON Luis Melo Santos; 5o. tabuleiro, Marcos MOENNICH.

O Brasil jogou 80 partidas, tendo ganho 43, empatado 9 e perdido 28. Ganhou com uma diferença de 10 pontos sobre o segundo colocado.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO Nº 2375 DE 27 DE SETEMBRO DE 1973

Concede autonomia administrativa à Companhia de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, o artigo 5º da Lei nº 5.622, de 1º de dezembro de 1970 e artigo 12 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964,

Art. 1º - Fica concedida autonomia administrativa à Companhia de Operações Especiais (COE), da Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 2º - A Companhia de Rádio Patrulha e a Companhia de Manutenção e Apoio, da Polícia Militar do Distrito Federal, permanecerão semi-autônomos administrativamente, passando a receber da Companhia de Operações Especiais o apoio logístico de que necessitem para o cumprimento de suas atribuições normais.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposiçõee em contrário.

Distrito Federal, 27 de setembro de 1973
85º da República e 14º de Brasília
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

TABELA DE ETAPAS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL PARA CUSTEIO DA RAÇÃO COMUM PARA O 2º SEMESTRE DE 1973

CORPORAÇÃO	FIXA (Cr$)	VARIÁVEL (Cr$)				ETAPA COMUM (Cr$)		
	Quantitativo de Subsistência	Quantitativo de Rancho	Reforço de Rancho	Quantitativo de Rancho Majorado	Reforço de Rancho Majorado	TIPO I	TIPOS II e III	TIPO IV
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
	3I/4	a/3	a/2		3a/4	a+b	a+c a+d	a+e
PMDF e CBDF	3,42	1,14	1,71		2,57	4,56	5,13	5,99

TABELA DOS COMPLEMENTOS DA RAÇÃO COMUM E DO QUANTITATIVO DAS RAÇÕES OPERACIONAIS PARA O 2º SEMESTRE DE 1973

CORPORAÇÃO	ÓRGÃO OU SITUAÇÃO	VALOR (Cr$)
	A) COMPLEMENTO ESCOLAR	
PMDF	- Curso de Formação de Oficiais	1,39
PMDF	- Curso de Formação de Sargentos	1,06
PMDF	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais	1,06
PMDF	- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos	1,06
PMDF	- Curso Superior de Polícia	1,06
CBDF	- Centro de Formação Aperfeiçoamento e Treinamento	1,16
	B) COMPLEMENTO HOSPITALAR	
PMDF e CBDF	- Doentes sob regime hospitalar	1,03
	C) COMPLEMENTO ESPECIAL	
PMDF	- Organizações Policiais Militares	0,56
CBDF	- Grupamento de Busca e Salvamento	0,56
	D) QUANTITATIVO DAS RAÇÕES OPERACIONAIS	
Polícia Militar do Distrito Federal		0,15

INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DAS TABELAS DE ETAPAS E RESPECTIVOS COMPLEMENTOS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

I - DA ETAPA

1. Etapa é a importância em dinheiro destinada ao custeio da ração na área do Distrito Federal.

2. A Tabela qualitativa-quantitativa dos alimentos, que serve de base para o cálculo da Etapa Comum, Tipo I, é a constante do Anexo nº 1.

3. Para efeito da Tabela de Etapas, serão as mesmas assim designadas:

a) Etapa Comum

(1) Tipo I: Importância correspondente à soma dos Quantitativos de Subsistência e de Rancho, nos ranchos de cabos e soldados PM ou BM.

(2) Tipo II: Importância correspondente à soma do Quantitativo de Subsistência e do Reforço de Rancho, nos ranchos de oficiais, aspirantes-a-oficial, alunos da EFO, subtenentes e sargentos PM ou BM.

(3) Tipo III: Importância correspondente à soma dos Quantitativos de Subsistência e de Rancho Majorado, para cabos e soldados PM ou BM, quando de prontidão ou em deslocamento em serviço ou exercício fora da sede.

(4) Tipo IV: Importância correspondente à soma do Quantitativo de Subsistência e do Reforço de Rancho Majorado, para oficiais, aspirantes-a-oficial, alunos da EFO, subtenentes e sargentos PM ou BM, quando de prontidão ou em deslocamento em serviço ou exercício fora da sede.

b) Etapa Complementada - Importância correspondente ao custeio da Ração Comum e dos Complementos destinados a atender ao maior dispêndio energético decorrente da natureza dos serviços.

c) Etapa Especial - Importância correspondente ao custeio da Ração Especial que se destina a atender às necessidades peculiares a determinadas situações em que se encontre o policial-militar ou o bombeiro-militar, tendo em vista o seu emprego profissional, a natureza do serviço ou a sua condição de hospitalizado.

4. A Etapa Especial corresponde à Etapa Comum Tipo I, II, III ou IV, acrescida dos Complementos correspondentes.

5. O Quantitativo de Subsistência destina-se à aquisição dos gêneros de subsistência integrantes das rações e será pago pelo Órgão de Finanças do Corpo, adiantadamente, ao Órgão responsável pelo suprimento.

6. Aos civis contratados para prestação de serviços na Corporação, poderá ser concedida, nos dias de efetivo serviço, a alimentação em espécie por conta do Distrito Federal, desde que a Corporação disponha de recursos orçamentários para atender a esta despesa.

7. A alimentação nas condições do número anterior também poderá ser assegurada aos candidatos inscritos em exames ou concursos promovidos para ingresso na Corporação, desde que não disponham de residência no Distrito Federal, nos dias em que permanecerem à disposição do Corpo.

8. Os civis contratados de formação de nível superior vencem, para efeito de saque, Etapa Comum Tipo II; os demais, Etapa Comum Tipo I.

9. Para fazer face à alimentação do pessoal civil, nas situações previstas neste Decreto, será o mesmo arranchado, em princípio, para o café e o almoço.

10. O saque integral do valor da Etapa Comum, para o pessoal civil que não for escalado para serviço diário com duração de 24 (vinte e quatro) horas, dependerá de autorização do Comandante-Geral da Corporação, renovada anualmente.

11. Para fins do número anterior, o valor da Etapa Comum Tipo I ou II, fixado na forma dos artigos 68 e 81, respectivamente, das Leis nº 5.619, de 3 de novembro de 1970 e 5.906, de 23 de julho de 1973, será desdobrado em parcelas de 10% (dez por cento), para o café; 50% (cinqüenta por cento), para o almoço; e 40% (quarenta por cento), para o jantar.

12. Na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, sob o regime de subsistência, será observado o seguinte:

a) Gêneros de Subsistência - as quantidades por refeição obedecerão ao critério fixado pelo Órgão de Suprimento;

b) Quantitativo de Rancho - seu valor será desdobrado em parcelas de 10 (dez), 50 (cinqüenta) e 40% (quarenta por cento), correspondentes ao café, almoço e jantar, respectivamente.

II - DOS COMPLEMENTOS

13. Os Complementos compreendem os seguintes tipos:

a) Complemento Escolar;

b) Complemento Hospitalar; e

c) Complemento Especial.

14. O Complemento Escolar será sacado para os alunos que tenham direito à alimentação por conta do Distrito Federal e para os policiais-militares e bombeiros-militares que exerçam função de docência, ensino ou instrução, durante os dias em que tenham de permanecer na Organização.

15. Os policiais-militares e os bombeiros-militares, quando baixados ao Órgão de Saúde da Corporação, farão jus a 2 (duas) Etapas Comuns, fixadas na forma dos artigos 69 e 81, respectivamente, das Leis nº 5.619, de 3 de novembro de 1970 e 5.906, de 23 de julho de 1973, e mais o Complemento Hospitalar pertinente a uma delas.

16. Os integrantes das Organizações Policiais-Militares da PMDF e do Grupamento de Busca e Salvamento do CBDF farão jus, no máximo, a 5 (cinco) dias por semana ao Complemento Especial que lhes é atribuído.

17. Em hipótese alguma os Complementos poderão ser pagos em dinheiro.

III - DAS RAÇÕES OPERACIONAIS

18. As Rações Operacionais, destinadas à alimentação em campanha, serão custeadas por quantitativo próprio, sacado ou requisitado adiantadamente na forma do item 5, pelo Órgão de suprimento da Polícia Militar do Distrito Federal, e calculado sobre o total de policiais-militares arranchados.

TABELA QUALITATIVA-QUANTITATIVA DE ALIMENTOS DA RAÇÃO COMUM, QUE SERVE DE BASE PARA O CÁLCULO DOS VALORES DA ETAPA COMUM

Anexo nº I

	ALIMENTOS	ARTIGOS Unid	ARTIGOS Quant	ELEMENTOS Proteína g	ELEMENTOS H Carbono g	ELEMENTOS Gorduras g	ELEMENTOS Cálcio g	ELEMENTOS Fósforo g	ELEMENTOS Ferro mg	VITAMINAS A UI	VITAMINAS B1 mg	VITAMINAS B2 mg	VITAMINAS Niacina mg	VITAMINAS C mg	CALORIAS
Quantitativo de Subsistência	Açúcar	K	0,080	-	79,20	-	0,001	-	0,03	-	-	-	-	-	316,80
	Arroz (1)	K	0,180	14,40	137,70	2,52	0,011	0,176	1,62	-	0,158	0,072	1,375	-	631,03
	Gordura Vegetal ou	K	0,025	-	-	24,70	-	-	-	-	-	-	-	-	222,30
	Banha ou (3)	K	0,025	-	-	24,00	-	-	-	-	-	-	-	-	216,00
	Óleo Vegetal (3)	L	0,025	-	-	25,00	-	-	-	-	-	-	-	-	225,00
	Café Moído	K	0,020	2,77	0,46	2,82	-	-	-	-	-	-	-	-	38,20
	Carne de Boi s/osso (2)	K	0,300	63,00	-	9,00	0,036	0,672	9,60	1,500	0,390	0,510	16,500	-	333,00
	Carne Seca (3) (4)	K	0,300	144,00	-	34,50	0,219	-	-	-	0,231	2,838	8,421	-	886,50
	Farinha de Mandioca	K	0,050	0,68	41,62	0,24	0,010	0,062	0,40	-	0,037	0,053	0,239	5,1	171,36
	Farinhas: Fubá ou	K	0,030	2,34	22,02	0,66	0,004	0,045	0,27	202	0,032	0,051	0,450	-	103,38
	Tapioca ou (3)	K	0,030	0,60	24,60	-	0,002	0,009	0,09	-	-	-	-	0,3	100,80
	Maizena (3)	K	0,030	0,93	24,09	0,39	0,009	0,084	0,54	-	-	-	-	-	103,59
	Feijão	K	0,140	29,03	87,31	1,77	0,203	0,659	5,92	91	0,343	0,256	5,600	1,5	481,29
	Leite	L	0,500	17,50	22,50	17,50	0,560	0,470	1,00	1,00	0,065	0,950	4,250	5,0	317,50
	Manteiga	K	0,015	0,19	-	12,68	0,002	0,002	0,03	435	0,009	0,007	-	-	114,88
	Massa para Sopa	K	0,020	2,98	13,80	0,18	0,001	0,026	0,55	-	0,004	-	0,420	-	68,74
	Pão	K	0,300	27,90	172,20	0,60	0,066	0,321	3,60	45	0,210	0,195	2,400	-	805,80
	Pescado (3) (4)	K	0,400	64,00	-	8,40	0,088	0,916	4,40	1,200	0,220	0,660	9,200	-	331,60
	Bacalhau (3)	K	0,180	32,40	-	0,36	0,028	0,437	0,90	126	0,216	0,810	5,400	-	132,84
	Sal Fino	K	0,020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Vinagre	L	0,010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mate em Folha	K	0,010	1,10	2,47	0,70	0,066	0,012	-	209	0,022	0,040	0,692	0,5	20,58
Quantitativo de Rancho	Batata	K	0,150	2,70	26,40	0,15	0,013	0,103	1,50	9	0,154	0,022	2,010	26,1	117,75
	Condimentos ou Temperos	K	0,010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Frutas	K	0,200	1,90	31,90	0,30	0,066	0,047	1,26	374	0,097	0,101	1,373	47,3	137,90
	Ovos (5)	Um	1	6,15	-	5,65	0,036	0,112	1,55	787	0,067	0,185	2,125	-	75,45
	Verduras	K	0,200	2,80	5,20	0,50	0,067	0,069	2,60	4,820	0,210	0,295	0,950	14,4	36,50

Peso	1.800 g	(excluídos os líquidos)
Proteínas	175,44 g	
Hidratos de Carbono	642,78 g	
Gorduras	79,97 g	
Calorias	3,992	
Sais Minerais: - Fósforo	2,776 g	
- Ferro	29,93 mg	
Vitaminas : - Vitamina A	9.472 UI	
- Vitamina B1	1,798 mg	
- Vitamina B2	2,737 mg	
- Niacina	38,384 mg	
- Vitamina C	99,9 mg	

NOTAS

(1) Tipo bleu-rose, japonês ou similar, de 1ª qualidade.

(2) Ou 375 gramas com 25% de osso, 6 dias na semana, tipo casado (dianteiro e traseiro em partes iguais).

(3) Na apuração do total não foram levados em conta os dados relativos aos artigos de substituição.

(4) Um dia na semana.

(5) Três dias na semana.

OBSERVAÇÕES

a. A ração estabelecida na presente Tabela tem por fim compensar o desgaste orgânico de um adulto com o peso médio de 70 (setenta) quilos, submetido a trabalho pesado em clima frio. A Corporação providenciará as alterações nas quantidades de gorduras e hidrocarbonados, diminuindo aqueles e aumentando estes, segundo as necessidades impostas pelo clima local.

b. As espécies e quantidades dos artigos constantes desta Tabela representam, apenas, indicações e bases gerais para efeito de fornecimento e pelas quais serão feitos os cálculos para a fixação dos valores da etapa.

c. A Administração do Corpo fará as substituições julgadas necessárias, ouvindo sempre o Chefe do Serviço de Saúde e o Oficial de Aprovisionamento.

d. As substituições deverão obedecer à equivalência nutritiva.

DECRETO Nº 2380 DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

Declara de utilidade pública o Centro

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 70 115/73,

DECRETA:

Artigo único - É declarado de utilidade pública o "Centro Comunitário São Lucas" com sede nesta Capital, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 2.243, de 24 de abril de 1973.

Distrito Federal, em 28 de setembro de 1973

85º da República e 14º de Brasília.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

OTOMAR LOPES CARDOSO

DECRETO Nº 2381 DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

Declara de utilidade pública o INSTITUTO NOSSA SENHORA DA PIEDADE, com sede em Brasília, Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960 e tendo em vista o que consta do processo nº 140/400/73,

DECRETA:

Artigo único - É declarado de utilidade pública o "INSTITUTO NOSSA SENHORA DA PIEDADE", com sede nesta Capital, nos termos do Decreto nº 2.243, de 24 de abril de 1973.

Distrito Federal, em 28 de setembro de 1973

85º da República e 14º de Brasília.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

OTOMAR LOPES CARDOSO

DECRETO Nº 2382 DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

Declara de utilidade pública a "Creche Medalha Milagrosa" de Brasília.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, de Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 70 388/73.

DECRETA:

Artigo único - É declarada de utilidade pública a "Creche Medalha Milagrosa" com sede nesta Capital, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 2 243, de 24 de abril de 1973.

Distrito Federal, em 28 de setembro de 1973.

85º da República e 14º de Brasília.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

OTOMAR LOPES CARDOSO

DECRETO Nº 2383 DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

Declara de utilidade pública a Associação Mantenedora do Centro SUVAG de Brasília.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1 960, e tendo em vista o que consta do processo nº 71 133/73,

DECRETA:

Artigo único - É declarada de utilidade pública a "Associação Mantenedora do Centro SUVAG de Brasília" com sede nesta Capital, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 2 243, de 24 de abril de 1973.

Distrito Federal, em 28 de setembro de 1973

85º da República e 14º de Brasília.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

OTOMAR LOPES CARDOSO

DECRETO Nº. 2384 DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova as Tabelas de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e do Quantitativo das Rações Operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para o 2º. semestre de 1973, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam aprovadas as Tabelas de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e do Quantitativo das Rações Operacionais, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, organizadas na conformidade do que preceituam os artigos 69 e 81, respectivamente, das Leis nº. 5.619, de 03 de novembro de 1970 e nº. 5.906, de 23 de julho de 1973.

Art. 2º. - Para execução das referidas Tabelas, que se acham anexas a este Decreto, devem ser obedecidas as Instruções que as acompanham.

Art. 3º. - Este Decreto tem sua vigência assegurada a partir de 1º. de julho de 1973, para a Polícia Militar do Distrito Federal, e a partir de 24 de julho de 1973, data em que entrou em vigor a Lei nº. 5.906, de 23 de julho de 1973, para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, 28 de setembro de 1973.

85. da República e 14º. de Brasília

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º do Decreto nº 1435, de 27 de agosto de 1970,

RESOLVE:

Como prêmio por terem contribuído, de modo relevante, para o progresso do Distrito Federal, conceder a Medalha do Mérito Alvorada:

- à Senhora Química Indústrial Pautilha Guimarães;
- ao Senhor Engenheiro José Maciel de Paiva;
- ao Senhor Arquiteto Icaro de Castro Mello.

Brasília, 28 de setembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

GOVERNADOR

DECRETO DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

Medalha do "Mérito Buriti"

CONVOCAÇÃO

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 3º do artigo 3º, do Decreto nº 1488, de 28 de outubro de 1970, convoca os Senhores Conselheiros da Medalha "Mérito Buriti":

I - Secretário de Finanças;
II - Secretário de Agricultura e Produção;
III - Secretário de Serviços Sociais;
IV - Procurador-Geral,
V - Chefe do Gabinete Militar;
VI - Comandante do Corpo de Bombeiros,

para reunião de Conselho às 10:00 horas do dia 02 de outubro de 1973, no Palácio do Buriti.

Brasília, 28 de setembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

GOVERNADOR

DECRETO DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o Artigo 8º., dos Estatutos da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal,

Resolve:

Renovar por mais um período de 2 (dois) anos, o mandato de DOM JOSÉ NEWTON DE ALMEIDA BAPTISTA, como membro efetivo do Conselho Deliberativo da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. Brasília, 28 de setembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

OTOMAR LOPES CARDOSO

DECRETO DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR JOÃO FLÁVIO IEMINI DE RESENDE, Chefe do Gabinete do Diretor Superintendente da *Companhia Imobiliária de Brasília* - TERRACAP, para integrar, como Membro Representante da Secretaria de Finanças, e Comissão de Erradicação de Núcleos Habitacionais Provisórios da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal.

Distrito, 28 de setembro de 1973.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

OTOMAR LOPES CARDOSO

DECRETO DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar a Assistente Social GARDENHA GUIMARÃES CORREA, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-05, de Chefe do Serviço de Migração e Trabalho, do Departamento de Desenvolvimento Social, da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal.

Distrito Federal, 28 de setembro de 1973.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

OTOMAR LOPES CARDOSO

GABINETE CIVIL

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 28 DE SETEMBRO DE 1973

O Chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7º, do Decreto nº 1270, de 13 de janeiro de 1970,

RESOLVE:

conceder à servidora Maria Patrocinio Lima da Cruz, Auxiliar Técnico de Administração, EP-12, matrícula nº 51.331, CLT, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, à disposição da Administração das Unidades Desportivas, Gabinete do Governador do Distrito Federal, a gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos de Cr$ 1.035,00 (hum mil e trinta e cinco cruzeiros) percebidos atualmente naquela Companhia, prevista no artigo 2º, do Decreto nº 1270, de 13 de janeiro de 1970.

Distrito Federal, 28 de setembro de 1973

JOÃO BATISTA PONTE

Chefe do Gabinete Civil - Substituto

PORTARIA DE 27 DE SETEMBRO DE 1973

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7º, do Decreto nº 1270, de 13 de janeiro de 1970,

RESOLVE:

mandar cessar o pagamento de gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento) sobre o respectível nível, concedida pela Portaria de 02 de março do corrente ano, ao servidor José da Silva Garrote, Oficial de Administração, nível 14—B, matrícula nº 7941, lotado no Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 27 de setembro de 1973.

JOÃO BATISTA PONTE

Chefe do Gabinete Civil do do Governador

Substituto

PORTARIA DE 27 DE SETEMBRO DE 1973

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7º, do Decreto nº 1270, de 13 de janeiro de 1970,

RESOLVE:

mandar cessar o pagamento de gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos no valor de 410,00 (quatrocentos e dez cruzeiros), concedida à servidora Regina Telma Bezerra Evaristo Cardoso, inscrição nº 87.827, Contrato nº 8504, Praticante de Administração — CLT, da Fundação Educacional do Distrito Federal, à disposição do Gabinete do Governador - matrícula nº 18082-GDF, pela Portaria de 09 de novembro de 1972.

Distrito Federal, 27 de setembro de 1973.

CAIO FLÁVIO PRATES DA SILVEIRA

Chefe do Gabinete Civil

PORTARIA DE 27 DE SETEMBRO DE 1973

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto E nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

designar a servidora Maria Isabel Spezia Persijn, Professora do 1º Grau, matrícula nº 82.040, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal, à disposição do Gabinete do Governador, para substituir Carlos Antônio de Brito, escriturário, nível 8, matrícula nº 13.412 na função em comissão, símbolo FC—05, de Assistente Especial de Assessoria Especial, em suas férias referentes a 1972, no período de 01 a 30 de outubro do corrente ano, com direito às vantagens de função.

Distrito Federal, 27 de setembro de 1973

CAIO FLÁVIO PRATES DA SILVEIRA

Chefe do Gabinete Civil

PORTARIA DE 27 DE SETEMBRO DE 1973

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

designar a servidora Mariângela Pfeilsticker, Professora Orientadora, nível 13/B, matrícula nº 3350, para substituir Vera Lúcia Soares de Araújo, matrícula nº 17849, na função em comissão, símbolo FC-10, de Secretária Datilógrafa do Gabinete do Governador do Distrito Federal, em suas férias referentes a 1973, no período de 1º a 230 de outubro do corrente ano, com direito às vantagens da função.

Distrito Federal, 27 de setembro de 1973

CAIO FLÁVIO PRATES DA SILVEIRA

Chefe do Gabinete Civil

PORTARIA DE 27 DE SETEMBRO DE 1973

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7º, do Decreto nº 1270, de 13 de janeiro de 1970,

RESOLVE:

conceder à servidora Regina Telma Bezerra Evaristo Cardoso, inscrição nº 87.827, Contrato nº 8504, Praticante de Administração, CLT, da Fundação Educacional do Distrito Federal, à disposição do Gabinete do Governador, matrícula nº 18082-GDF, a gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos de 472,00 (quatrocentos e setenta e dois cruzeiros) percebidos atualmente naquela Fundação, prevista no artigo 2º, do Decreto nº 1270, de 13 de janeiro de 1970.

CAIO FLÁVIO PRATES DA SILVEIRA

Chefe do Gabinete Civil

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL

Aos trinta dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e três (1973), às dezesseis horas, na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília - Distrito Federal, aí presentes os Senhores Hélio Prates da Silveira, Israel Pinheiro, Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling e Stênio de Araújo Bastos, respectivamente, presidente e membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da Vigésima Reunião Ordinária do supracitado Conselho. Após a verificação da existência de "QUORUM" passou-se à leitura da ATA da reunião anterior, que foi aprovada pro unanimidade. Em seguida foi declarada empossado o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt como membro nato do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, na qualidade de Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, tendo o Senhor Presidente feito um retrospecto dos cargos já ocupados pelo empossado, salientando que em todos esses cargos o novo membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo tinha realizado um notável trabalho e que o mesmo já prestou relevantes serviços ao Distrito Federal. Em seguida o empossado agradeceu as referências elogiosas, salientando que continuaria a prestar a sua modesta colaboração ao Governo do Distrito Federal, todas as vezes em que fosse convocado para tal. Passando à Ordem do Dia, foram debatidos e julgados os seguintes Processos: Processo 302.080/73 que trata da criação do Setor de Oficinas Mecânicas na Região Administrativa de Taguatinga. Foi relator da matéria o Conselheiro Stênio de Araújo Bastos e, o Conselheiro, acolhendo o parecer do relator, aprovou por unanimidade a proposição da Secretaria Executiva, constantes das plantas: EP-7/1 e EP-76/1. Processo nº 850.084/72, que trata da criação de 27 (vinte e sete) lotes residenciais na Região Administrativa de Sobradinho, no Conjunto "H", Quadra 13, constantes da Planta ... CSS-EP/71. Foi relator da matéria o Conselheiro Stênio de Araújo Bastos e o Conselho, acolhendo o parecer do relator, aprovou, por unanimidade, a criação dos mencionados lotes. Processo nº 62.007/70 e Anexos, que trata da criação de áreas destinadas a construção de Centros Universitários na Região Administrativa de Taguatinga. Foi relator da matéria o Conselheiro Stênio de Araújo Bastos e o Conselho aprovou, por unanimidade, o parecer do relator, que passa a fazer parte integrante do mencionado processo. Processo nº 101.575/72 que trata da transformação de áreas públicas em áreas alienáveis, conforme consta do supracitado processo. Foi relator da matéria o Conselheiro Lúcio Gomide Loures, tendo o Conselho indeferido a solicitação por unanimidade, conforme parecer do relator. Processo nº 8.199/70, que trata da criação de áreas esportivas na Região Administrativa de Taguatinga. Foi relator da matéria o Conselheiro Lúcio Gomide Loures e o Conselho resolveu aprovar a criação da área, conforme parecer do relator, que passa a fazer parte integrante do mencionado processo. Processo nº 310.234/72, que trata da destinação de área na Região Administrativa de Sobradinho, para futuras instalações da Justiça do Distrito Federal. Foi relator do Processo o Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling, tendo o Conselho aprovado a matéria, conforme parecer do relator, que passa a fazer parte integrante do aludido processo. Processo nº 300.066/71, que trata do estudo de reformulação do Setor Comercial Norte. Foi relator da matéria o Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling e, após o pronunciamento do Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo acolheu o parecer do relator aprovou o estudo consubstanciado na Planta Geral SCN/EP-2/1. Processo nº 916.646/71, que trata da criação de área destinada a atividades recreativas. Foi relator da matéria o Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling, tendo o Conselho aprovado a criação, conforme parecer do relator, que passa a fazer parte integrante do processo em epígrafe. Processo nº 150.261/73, que trata do anteprojeto do Centro Cultural de Brasília. Foi relator da matéria o Conselheiro Stênio de Araújo Bastos, e o Conselho, acolhendo o parecer do relator, aprovou o aludido projeto, com a recomendação de que seja implantado um bosque na faixa de terra entre o Palácio do Buriti e o Centro Cultural. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, Assessor Especial do Gabinete do Governador, no exercício da Secretaria Administrativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, lavrei a presente ATA, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes à reunião. Brasília, 30 de janeiro de 1973.

PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA
Assessor Especial do GAG, respondendo como
Sec.Adm. "ad-hoc" do CAU

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL

Aos vinte e seis dias do mes de fevereiro de mil novecentos e setenta e três (1973), às nove horas e trinta minutos (9:30), na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília - Distrito Federal, aí presentes os Senhores Hélio Prates da Silveira, Israel Pinheiro, Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling, Stênio de Araújo Bastos e Walter Ferri da Silveira Horta, respectivamente, Presidente e membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da Vigésima Primeira Reunião Ordinária do supracitado Conselho. Após a verificação da existência de "QUORUM" passou-se à aprovação da ATA da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Passando à Ordem do Dia, foram debatidos e julgados os seguintes Processos: Processo nº 916.143/72, que trata da delimitação de área para "Usina de Asfalto". Foi relator da matéria o Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling, que opinou pela criação do Setor de Usinas de Asfalto, consubstanciado no desenho S.V.A.-EP-1/1, tendo o Conselho aprovado, por unanimidade, o parecer do relator. Processo nº 305.463/72, que apresenta o estudo referente à ligação do S.B./Sul via S2-Leste, conforme planta SBS PR-1/1. Foi relator da matéria o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt que opinou contrariamente a abertura da Rua de Serviço do SBS com a via S2-Leste, propondo, ainda, fosse determinado à Co.A.U. um reestudo, analizando a possibilidade da ligação pretendida ser feita com a via que liga ao Setor de Autarquias Sul, tendo o Conselho aprovado por unanimidade o parecer do relator. Processo nº 150.401/73, que trata da reformulação de projetos e plantas do Núcleo Bandeirante. Foi relator da matéria o Conselheiro Stênio de Araújo Bastos, tendo o Conselho aprovado por unanimidade o seu parecer, criando uma área para a COTELB na Praça Central e o consequente remanejamento nas áreas de Serviços Públicos; e mudança de destinação das áreas da S.A.B. e da COTELB, anteriormente designadas, a primeira para área especial e a segunda, para a S.A.B., conforme plantas NBPR-3/2 e NB-5/2. Processo nº 3.686/70, que trata da criação de uma área para instalação de um depósito de explosivos. Foi relator da matéria o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, tendo o Conselho aprovado a criação do lote "E" circular e com 130 m de raio, conforme planta SPA-Sul PR-1/1, nos termos do parecer do relator, com as recomendações constantes do mesmo. Processo nº 302.881/71 e anexos, que tratam do estudo de prioridades para implantação dos diversos viadutos do Distrito Federal. Foi relator da matéria o Conselheiro Lúcio Gomide Loures, tendo o Conselho aprovado na íntegra o seu parecer, estabelecendo, apenas, as prioridades para construção, recomendadas pelo CONTRADIFE. Passando ao último item da ORDEM DO DIA - Processos e assuntos gerais após exposição oral feita pelo Senhor Presidente, o Conselho aprovou, por quatro votos a dois, a criação de uma área, no Eixo Monumental - Setor de Divulgação Cultural, entre o auditório já existente e a pista SI-Oeste, para construção de um Centro de Recursos Humanos, aprovando, também, a realização de um estudo de natureza global para o aludido Setor, que será realizado com escopo nas sugestões apresentadas pelos Senhores Conselheiros, no que tange às atividades a serem alí desenvolvidas. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, Assessor Especial do Gabinete do Governador, lavrei a presente ATA, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes à reunião. Brasília, 26 de fevereiro de 1973.

PAULO CÉSAR DE AVILA E SILVA
Ass.Esp. do GAG, Sec.Adm.
"ad-hoc" do CAU

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL

Aos vinte e seis dias do mês de março de mil novecentos e setenta e três (1973), às nove horas e trinta minutos (9:30), na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília - Distrito Federal, aí presentes os Senhores Hélio Prates da Silveira, Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling, Stênio de Araújo Bastos e Walter Ferri da Silveira Horta, respectivamente, Presidente e Membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, não tendo comparecido à reunião o Conselheiro Israel Pinheiro que teve sua ausência justificada, quando tiveram início os trabalhos da vigésima segunda reunião ordinária do supracitado Conselho. Após a verificação da existência de "QUORUM" passou-se à aprovação da ATA da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Passando a Ordem do Dia, foram debatidos e julgados os seguintes processos: Processo nº 309.452/72, que trata do aumento de gabarito do lote "B" do Setor Comercial Sul-B. Foi relator da matéria o Conselheiro Lúcio Gomide Loures, tendo o Conselho aprovado, na íntegra e por unanimidade, o parecer do relator, que passa a fazer parte integrante do aludido processo. Processo nº 916.050/72, que trata da solicitação do Ministério Público do Distrito Federal de área para a construção do edifício sede daquele órgão. Foi relator da matéria o Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling, tendo o Conselho aprovado, na íntegra e por unanimidade, o parecer do relator que passa a fazer parte integrante do aludido processo, com a ressalva de que o projeto arquitetônico seja submetido à aprovação do Conselho. Em seguida, foi encerrada a sessão, ficando os demais assuntos constantes da Ordem do Dia para serem apreciados na próxima reunião, do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, Assessor Especial do Gabinete do Governador, no exercício da Secretaria Administrativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, lavrei a presente ATA que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes à reunião. Brasília, 26 de março de 1973.

PAULO CÉSAR DE AVILA E SILVA
Ass. Esp. do GAG - Sec. Adm.
do CAU, em Exercício

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL

Aos trinta dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e três (1973), às nove horas e trinta minutos (09:30), na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília - Distrito Federal, aí presentes os Senhores Hélio Prates da Silveira, Israel Pinheiro, Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling, Stênio de Araújo Bastos e Walter Ferri da Silveira Horta, respectivamente Presidente e Membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da vigésima terceira reunião do supracitado Conselho. Após a verificação de "QUORUM", passou-se à aprovação da ATA da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Passando à ORDEM DO DIA foram debatidos e julgados os seguintes Processos: Processo nº 101.794/72, que submete à apreciação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, planta de criação de acesso a postos de abastecimento de veículos, no Eixo Rodoviário. Foi relator da matéria o Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling, e o Conselho, nos termos do parecer do relator, indeferiu a criação dos mencionados acessos. Processo nº 14.283/72, que trata da criação de área para oficinas mecânicas no Setor de Indústria e Abastecimento, instaladas irregularmente no Plano Piloto. Foi relator da matéria o Conselheiro Stênio de Araújo Bastos, e o Conselho aprovou a matéria por unanimidade, nos termos do parecer do relator. Processo nº 78.912/70, que trata da solicitação de área destinada ao Laboratório Técnico da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, objeto do Convênio firmado com a SUDEPE. Foi relator da matéria o Conselheiro Lúcio Gomide Loures, e o Conselho aprovou o estudo preliminar constante da planta SAI-Sul, EP-41/1, conforme parecer do relator. Processo nº 152.847/73, que trata de projeto de ocupação da área situada no Setor de Áreas Isoladas, conforme Estudo Preliminar: SAI-EP 44/1 e SAI-EP 46/1. Foi relator da matéria o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, que convidou os técnicos incumbidos da elaboração dos Estudos Preliminares para fazerem uma esplanação sobre o mesmo. Ao final o Conselho aprovou os mencionados estudos, mandando ainda fosse consignado um voto de louvor à equipe técnica composta pelos arquitetos Fernando Huzzi Alves Pinpp, Tereza Dalla Bernardina, Hiza França de Araújo e Renato de Sá Junior, pelo brilhante trabalho apresentado. Em seguinda, foi encerrada a sessão do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, Assessor Especial do Gabinete do Governador, no exercício da Secretaria Administrativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal lavrei a presente ATA que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes à reunião. Brasília, 30 de abril de 1973.

PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA
Assessor Especial do GAG
Secretário Administrativo do
CAU EM EXERCÍCIO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL

Aos vinte e oito (28) dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e três (1973), às nove horas e trinta minutos (9:30), na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília - Distrito Federal, aí presentes os Senhores Hélio Prates da Silveira, Israel Pinheiro, Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling, Stênio de Araújo Bastos e Walter Ferri da Silveira Horta, respectivamente, Presidente e membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da Vigésima Quarta Reunião Ordinária do supracitado Conselho. Após a verificação da existência de "Quorum" passou-se à aprovação da ATA da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passando a Ordem do Dia, foram debatidos e julgados os seguintes processos: Processo nº 150.053/73, que trata de área para implantação de um conjunto turístico nas proximidades da entrada sul da cidade, próximo à rodovia BR-040. Foi relator da matéria o Conselheiro Stênio de Araújo Bastos, tendo o Conselho aprovado por unanimidade a criação da mencionada área nos termos do parecer do relator, determinando, ainda, a realização, por parte da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo, de um estudo com vistas a criação de outras áreas, com a mesma destinação. Processo nº 150.199/73, que trata da criação de área na Região Administrativa do Gama, destinada à implantação de serviços judiciários do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Foi relator da matéria o Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling e o Conselho aprovou, por unanimidade, a criação da área indicada pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo na Planta CSG-PR-58/1. Processo nº 309.452/72, que trata do recurso interposto à decisão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo adotada na reunião de 26 de março do corrente ano. Foi relator da matéria o Conselheiro Lúcio Gomide Loures, que propos à aprovação da segunda alternativa, letra "b", tendo o Conselho aprovado a supracitada proposição, oportunidade em que o Conselheiro Walter Ferri da Silveira Horta se manifestou contrário à expansão do Setor Comercial Sul. Processo nº 100.475/72, que trata da criação de dois lotes para Hiper-Mercados e Grandes "Magazin". Foi relator da matéria o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt e o Conselho aprovou, por unanimidade, a criação dos aludidos lotes, nos termos do parecer do relator. Processo nº 100.627/73, que versa sobre a doação de área para instalação do programa técnico-científico do Ministério da Saúde. Foi relator da matéria o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, tendo o Conselho aprovado, por unanimidade, a área de 500 ha, a ser definida no trecho figurado na Planta EP-6/1, o qual situa-se entre as vias EPCT e limite das áreas "Granja do IPÊ" GM-2, do Ministério do Exército, em substituição à área anteriormente solicitada, conforme parecer do relator. Processo nº 154.716/73, que trata das novas ligações do Plano Piloto com as penínsulas Sul e Norte. Foi relator da

matéria o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, tendo o Conselho aprovado o estudo de ligação do SHI/Sul com o Plano Piloto, conforme planta existente nos autos, ficando as demais ligações para serem apreciadas em estudos posteriores. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, Assessor Especial do Gabinete do Governador, no exercício da Secretaria Administrativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, lavrei a presente ATA, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes à reunião. Brasília, 28 de maio de 1973.

PRESIDENTE: as. HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
CONSELHEIROS: as. ISRAEL PINHEIRO
LÚCIO GOMIDE LOURES
CLÁUDIO ROBERTO DINIZ STARLING
STÊNIO DE ARAÚJO BASTOS
OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
WALTER FERRI DA SILVEIRA HORTA

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e três (1973), às nove horas e trinta minutos (09:30), na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília - Distrito Federal, aí presentes os Senhores Hélio Prates da Silveira, Israel Pinheiro, Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, Lúcio Comide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling, Stênio de Araújo Bastos e Walter Ferri da Silveira Horta, respectivamente, Presidente e Membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do supracitado Conselho. Após a verificação da existência de "QUORUM" passou-se à aprovação da ATA da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passando à Ordem do Dia, foram debatidos e julgados os seguintes processos: Processo nº 72.732/69, que trata da regularização de lotes no Setor de Mansões do Lago Norte. Foi relator o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, tendo o Conselho aprovado por unanimidade o parecer do relator, que passa a fazer parte integrante do aludido processo; Processo nº 917.105/71, que trata da criação de área destinada à implantação de um Setor Esportiva. Foi relator da matéria o Conselheiro Lúcio Comide Loures, que propôs a reformulação da decisão anterior restringindo a área até a DF-8, com o propósito de eliminar a interferência desta área com a Área Sanitária nº 5 da CAESB. A proposição foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, Assessor Especial do Gabinete do Governador, exercendo as atividades da Secretaria Administrativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, lavrei a presente ATA que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes à reunião, exceção do Conselheiro Israel Pinheiro, em virtude de seu falecimento. Brasília, 25 de junho de 1973.

Presidente: HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Conselheiros: Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt
Lúcio Gomide Loures
Cláudio Roberto Diniz Starling
Stênio de Araújo Bastos
Walter Ferri da Silveira Horta

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL

Aos trinta (30) dias do mes de julho de mil novecentos e setenta e três (1973), às nove horas e trinta minutos (09:30), na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília, Distrito Federal, aí presentes os Senhores Hélio Prates da Silveira, Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling, Stênio de Araújo Bastos e Walter Ferri da Silveira Horta, respectivamente, Presidente e Membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da Vigésima Sexta Reunião Ordinária do supracitado Conselho, quando o Senhor Presidente fez consignar um voto de profundo pesar pelo passamento do ilustre Conselheiro Dr. Israel Pinheiro, ressaltando os inestimáveis serviços prestados a Brasília por esse eminente homem público. Após a verificação de existência de "QUORUM" passou-se à discussão da ATA da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passando à Ordem do Dia, foram debatidos e julgados os seguintes Processos: Processo nº 303.296/71, que trata de implantação de um trevo entre os setores "L", "M" e "N" de Taguatinga. Foi relator o Conselheiro Stênio de Araújo Bastos, tendo o Conselho aprovado por unanimidade o estudo consubstanciado na Planta EP 64/1, e determinando o desenvolvimento, com a maior urgência possível, das sugestões apresentadas pelo CONTRANDIFE. Em seguida assumiu a presidência o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt no impedimento eventual do Presidente. Dando sequência à Ordem do Dia foi apreciado o Processo nº 70.706/73, que trata da integração de áreas destinadas a hotéis e restaurantes nas proximidades do Torre Palace Hotel. Foi relator da matéria o Conselheiro Walter Ferri da Silveira Horta, tendo o Conselho aprovado por unanimidade o seu parecer que passa a fazer parte integrante do mencionado Processo. Processo nº 70.922/73, que trata do gabarito para o lote "A", quadra 4, do Setor de Autarquias Norte. Foi relator da matéria o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, tendo o Conselho aprovado na íntegra e por unanimidade o seu parecer, que estabelece o gabarito de lâmina, com até 21 pavimentos e altura máxima de até 75 metros, e estendendo aos demais lotes do aludido Setor o mesmo critério. Processo nº 154.576/73, que trata de recurso à decisão do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Foi relator da matéria o Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling que negou provimento ao recurso, tendo o Conselho aprovado o seu parecer por unanimidade. Processo nº 71.068/73, que trata do projeto de urbanização da ligação do Setor Habitacional Individual Sul com o Plano Piloto. Foi relator o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt que opinou pela aprovação das sugestões apresentadas pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo, tendo o Conselho aprovado por unanimidade o seu parecer. Processo nº 100.821/73, que trata da alteração de gabarito no Setor de Autarquias Sul. Foi relator da matéria o Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, que opinou pela aprovação do estudo consubstanciado na Planta PR-15/1, relativa aos lotes 7, 7-A e 8 da Quadra 6, e que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, Assessor Especial do Gabinete do Governador, lavrei a presente ATA, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes à reunião. Brasília, 30 de julho de 1973.

Presidente : HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Conselheiros: LÚCIO GOMIDE LOURES
CLÁUDIO ROBERTO DINIZ STARLING
STÊNIO DE ARAÚJO BASTOS
OCTAVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
WALTER FERRI DA SILVEIRA HORTA

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL

Aos vinte e sete (27) dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e três (1973), às nove horas e trinta minutos (09:30), na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília, Distrito Federal, aí presentes os Senhores Hélio Prates da Silveira, Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling, Stênio de Araújo Bastos e Walter Ferri da Silveira Horta, respectivamente, Presidente e Membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do supracitado Conselho. Após a verificação da existência de "QUORUM" passou-se à discussão da ATA da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passando à Ordem do Dia, foram debatidos e julgados os seguintes processos: Processo nº 300.319/72, que trata da elaboração de nova planta dos Setores "M" e "N" Norte de Taguatinga. Foi relator o Conselheiro Walter Ferri da Silveira Horta, e o Conselho ratificou a aprovação das plantas CST - Região Administrativa de Taguatinga e CSC - Região Administrativa da Ceilândia. Quanto a criação de uma estrutura administrativa para a Ceilândia, o Conselho apenas tomou ciência da proposição da Secretaria de Governo. Processo nº 41.817/67, que estabelece o gabarito para o Setor Hospitalar Norte. O relator da matéria, Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling converteuo julgamento em diligência. Processo nº 301.566/71, que delimita a área para construção da Escola Superior de Guerra. Foi relator da matéria o Conselheiro Lúcio Gomide Loures, tendo o Conselho aprovado por unanimidade o seu parecer que destina à Escola Superior de Guerra, a área assinalada em vermelho na planta SMI-PR 2/1. Em seguida foi determinado o encaminhamento dos autos ao Douto Consultor Jurídico do Governador, para que se digne analisar as medidas necessárias a efetivação da decisão adotada. Passando ao último item da Ordem do Dia - Processos e Assuntos Gerais - foi lida pelo Conselheiro Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt uma carta do Conselheiro Lúcio Costa, que se dispõe a colaborar com um reestudo do Plano Urbanístico de Brasília. Em seguida, foi aprovada uma modificação na parte redacional da ATA da Vigésima Primeira Reunião, realizada em 26 (vinte e seis) de fevereiro de mil novecentos e setenta e três (1973), que passa ter a seguinte redação: " Passando ao último item da ORDEM DO DIA - Processos e Assuntos Gerais após a exposição oral feita pelo Senhor Presidente, o Conselho aprovou, por quatro votos a dois, a criação de uma área no Eixo Monumental - Setor de Divulgação Cultural, entre o auditório já existente e a pista SI - Oeste, para construção de um Centro de Recursos Humanos do Banco do Brasil, aprovando, também, por unanimidade, a realização de um estudo de natureza global para o mencionado Setor, que será realizado com escopo nas sugestões apresentadas pelos Senhores Conselheiros, no que tange às atividades a serem ali desenvolvidas. " Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu Paulo César de Ávila e Silva, Assessor Especial do Gabinete do Governador, lavrei a presente ATA, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes à reunião. Brasília, 27 de agosto de 1973.

Presidente : HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Conselheiros: Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt
Lúcio Gomide Loures
Cláudio Roberto Diniz Starling
Stênio de Araújo Bastos
Walter Ferri da Silveira Horta

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 032.779/73
INTERESSADO: GILVAN PEREIRA DE ARAUJO - Mat. 15.829-SEA
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Decreto Nº 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 26 de setembro de 1 973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 035.010/73
INTERESSADO: LUIZ SOARES DA SILVA - mat. 10.670 - SEA
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12.12.67 e artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 26 de setembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 075.119/73
INTERESSADO: JOSÉ DOS SANTOS — mat. 4095 - SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12.12.67., e artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 26 de setembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 110.203/73
INTERESSADO: THEREZINHA LUZIA DE JESUS OUTEIRO AZEVEDO LIMA
mat. 8586 - SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 26 de setembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 074.719/73
INTERESSADO: ARILDA FONSECA DE SOUZA — mat. 4699 - SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 26 de setembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 074.535/73
INTERESSADO: ANTONIO LOPES NOGUEIRA - mat. 14.609-SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 26 de setembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 074.536/73
INTERESSADO: ADELIA LEITE COELHO - mat. 3 693 - SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 26 de setembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 112 182/73-SEC
INTERESSADO: INÁCIO ALDO TRINDADE, mat. 9 787 - SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
INDEFIRO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12.12.67, combinado com o artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2 2250, de 8.5.73, a licença para trato de interesse particular, de acordo com o artigo 112, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, por falta de amparo legal.
Brasília, 26 de setembro de 1 973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 17 DE SETEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE: EXCLUIR, do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a que se refere o Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, os servidores abaixo relacionados.

LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA DE ANDRADE LIMA - Assessor de Defesa e Incentivo à Produção, matrícula nº 14.349 - Símbolo FC-05;

LEONE GAGLIARDI NETO - Chefe da Seção de Cadastro, matrícula nº 17 367, Símbolo FC-06;

EPAMINONDAS LOPES DA TRINDADE - Chefe da Seção de Estatística, matrícula nº 17 754, Símbolo FC-06;

MARTINHO ALVARES DA SILVA CONTAGEM FILHO - Oficial de Gabinete, matrícula nº 14 339, Símbolo FC-10.

Distrito Federal, 17 de setembro de 1973.

MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Secretário de Agricultura e Produção

PORTARIA DE 17 DE SETEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 do Decreto 618, de 12 de junho de 1967 e tendo em vista a decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal exarada no Processo nº 20.781/73,

RESOLVE:

Conceder Gratificação de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva para determinar sua aplicação, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 618, de 12 de junho de 1967, até 31 de dezembro de 1973, dos funcionários abaixo relacionados:

Mat: 17 754
Nome: EPAMINONDAS LOPES DA TRINDADE
Cargo ou Função: Assessor
Nível ou Símbolo: FC-5
Gratificação Mensal: 95%
Valor: Cr$ 1.375,00

Mat.: 14.342
Nome: MILENE COSTA GAGLIARDI
Cargo ou Função: Chefe da Seção de Estatística
Nível ou Símbolo, FC-6
Gratificação Mensal: 85%
Valor: 1.173,00

Mat: 18.200
Nome: NEIDE CAMPOS JANSEN
Cargo ou Função: Oficial de Gabinete
Nível ou Símbolo: FC-10
Gratificação Mensal 70%
Valor: 785,00

Brasília, 17 de setembro de 1973
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Secretário de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

SALÁRIO-FAMILIA CONCEDIDO:

Servidor: Salustriano Francisco Freire
Matrícula: 1.814
Assunto: Continuação do Salário-família das dependentes Ercina Emiliana Freire, esposa e Maria Fidelis, T.G.R. de 16/março/64. Continuar a partir de dezembro/72

Servidor: Domingos Pereira dos Santos
Matrícula: 1.575
Assunto: Salário-família pela dependente Edna Pereira dos Santos, filha, nascida em 04/julho/73.

Servidor: Edilson Costa Aguiar
Matrícula: 1.758
Assunto: Salário-família pela dependente Nara Aguiar, filha, nascida em 14/agosto/73.

Servidor: Agripino Muniz de Melo
Matrícula: 2.326
Assunto: Salário-família pelo dependente Ricardo Muniz de Melo, filho, nascido em 09/agosto/73.

Servidor: Olson Passos Freitas
Matrícula: 9.488
Assunto: Salário-família pelo dependente Paulo Roberto Nô de Freitas, T.G.R. de agosto/73.

Servidor: Milton Menezes
Matrícula: 11.212
Assunto: Salário-família pelo dependente Marcos Menezes, filho, nascido em 19/dezembro/68.

Servidor: José Andrade Brasil
Matrícula: 11.414
Assunto: Salário-família pelas dependentes: Adriana Abadia da Silva e Ernestina Abadia da Silva, Termo de Guarda e Responsabilidade de 23/agosto/73.

Servidor: Divino José dos Santos
Matrícula: 11.510
Assunto: Salário-família pela dependente Vera Lúcia Leite dos Santos, filha, nascida em 07/agosto/73.

Servidor: Osvaldo José Rosa
Matrícula: 12.114
Assunto: Salário-família pela dependente Vaneide José Rosa, filha, nascida em 09/maio/66.

Servidor: Antônio Inácio do Nascimento
Matrícula: 12.552
Assunto: Salário-família pelo dependente Adervaldo Inácio do Nascimento, filho, nascido em 15/julho/73.

Servidor: Waldevino Roberto da Silva
Matrícula: 17.610
Assunto: Salário-família pelo dependente Ederson Prado da Silva, filho, nascido em 07/junho/73.

Servidor: Manoel Tarcizio de Lira
Matrícula: 13.169
Assunto: Salário-família pela dependente Maria Anchieta Camurça de Oliveira Lira, esposa, matrimônio realizado em 24/marco/73.

Servidor: João Miguel da Silva
Matrícula: 16.742
Assunto: Salário-família pelo dependente Carlos Alberto Miguel da Silva, filho, nascido em 03/janeiro/73.

SALÁRIO-FAMILIA CANCELADO

Servidor: Alceu Ricardo Veloso
Matrícula: 6.682
Assunto: Cancelamento do Salário-família pela dependente Tereza da Silva, em virtude de a mesma ter contraído matrimônio em 30/julho/73.

Servidor: Antônio Farias Camurça
Matrícula: 11.780
Assunto: Cancelamento do Salário-família das dependentes Margarida Rabelo Camurça, ex-esposa, a partir de 21/julho/73 e Maria Rabelo Camurça, em virtude de a mesma ter contraído matrimônio em 25/agosto/73.

Servidor: Eleoterio Lourenço Dias
Matrícula: 17.148
Assunto: Cancelamento do Salário-família pelo dependente Osvaldo Lourenço Ribeiro, em virtude de o mesmo ter começado a exercer funções remuneradas em agosto/73.

Servidor: Anísio José Alecrim
Matrícula: 1.742
Assunto: Cancelamento do Salário-família pelo dependente Uldo Alecrim Dourado, filho, em virtude de o mesmo ter começado a exercer atividades remuneradas em 13/agosto/73.

Servidor: Dorival Lourenço Cunha
Matrícula: 9.635
Assunto: Cancelamento do Salário-família pela dependente Neiden Rocha Cunha, esposa, em virtude de a mesma ter começado a exercer atividades remuneradas, a partir de janeiro/73.

Servidor: Manoel Tarcizio de Lira
Matrícula: 13.169
Assunto: Cancelamento do Salário-família pelo dependente Inácio Saraiva Lira, irmão, em virtude de o mesmo ter começado a exercer atividades remuneradas, a partir de agosto/73.

Servidor: Walter de Souza Pinto
Matrícula: 15.188
Assunto: Cancelamento do Salário-família pela dependente Maria Inês Paraiso Santos, em virtude de a mesma ter começado a exercer atividades remuneradas, a partir de agosto/73.

GDF - SAP - SA
Em 20/09/73
GUSTAVO FERNANDES RIBAS
Seção de Pessoal
Chefe.

LICENÇA INICIAL PARA TRATAMENTO DE SAUDE — ARTIGOS 97, 98 e 123 DA LEI 1711/52:

Servidor: Alceu Ricardo Veloso
Matrícula: 6.682
Período: De 01.08.73 a 31.08.73
Atestado Médico: 1865/73

Servidor: Pedro Pereira de Mendonça
Matrícula: 11.241
Período: De 04.08.73 a 18.08.73
Atestado Médico: 1864/73

Servidor: José Alves Fragoso
Matrícula: 11.921
Período: 20.08.73 a 31.08.73
Atestado Médico: 1733/73

Servidor: Onofre Dourado da Silva
Matrícula: 11.443
Período: 07.08.73 a 07.10.73
Atestado Médico: 2054/73

Servidor: Ataíde Gomes Pereira
Matrícula: 11.746
Período: De 10.08.73 a 28.08.73
Atestado Médico: 2027/73

Servidor: Santos Leite Aguiar
Matrícula: 12.546
Período: De 17.08.73 a 16.09.73
Atestado Médico: 1913/73

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE — ARTIGOS 92, 97 e 98 DA LEI 1711/52

Servidor: Vicente Pereira da Silva
Matrícula: 1.732
Período: De 02.08.73 a 01.10.73
Atestado Médico: 1643/73

Servidor: José Servulo de Farias
Matrícula: 1.791
Período: De 15.07.73 a 13.08.73
Atestado Médico: 1555/73

Servidor: Antonio Alves dos Santos
Matrícula: 11.133
Período: 08.08.73 a 08.09.73
Atestado Médico: 1.613/73

Servidor: Agripino Batista de Oliveira
Matrícula: 11.322
Período: De 15.08.73 a 17.08.73
Atestado Médico: 1694/73

Servidor: Raul Macedo de Moraes
Matrícula: 11.906
Período: De 23.08.73 a 06.09.73
Atestado Médico: 2000/73

Servidor: Otávio Ribeiro de Souza
Matrícula: 14.166
Período: 01.08.73 a 10.09.73
Atestado Médico: 1638/73

Servidor: Aldorando Andrade Cordeiro
Matrícula: 9.738
Período: De 31.07.73 a 31.08.73
Atestado Médico: 1756/73

Servidor: Joaquim Matias da Silva
Matrícula: 15.647
Período: De 01.09.73 a 30.09.73
Atestado Médico: 1737/73

Servidor: Adão da Silva Menezes
Matrícula: 1.934
Período: De 14.07.73 a 10.08.73
Atestado Médico: 1651/73

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE — ARTIGOS 93, 97 e 99 DA LEI 1711/52:

Servidor: Benedito José da Silva
Matrícula: 1.564
Período: De 16.08.73 a 16.10.73
Atestado Médico: 1664/73

Servidor: José Martins Vieira
Matrícula: 1.653
Período: De 26.07.73 a 31.10.73
Atestado Médico: 1610/73

Servidor: Francisco Barroso de Medeiros
Matrícula: 1.763
Período: De 26.07.73 a 24.09.73
Atestado Médico: 1711/73

Servidor: João Delmondes
Matrícula: 11.071
Período: De 01.08.73 a 31.10.73
Atestado Médico: 1665/73

Servidor: Amaro Araújo Silva
Matrícula: 11.221
Período: De 03.07.73 a 30.09.73
Atestado Médico: 1656/73

Servidor: João José dos Santos
Matrícula: 11.251
Período: De 21.07.73 a 18.10.73
Atestado Médico: 1565/73

Servidor: Veli Pedro de Paula
Matrícula: 11.259
Período: De 31.07.73 a 27.12.73
Atestado Médico: 1562/73

Servidor: Geraldo Dionísio da Silva
Matrícula: 11.433
Período: De 01.06.73 a 01.11.73
Atestado Médico: 1649/73

Servidor: Deraldo Pereira Gomes
Matrícula: 11.664
Período: De 1.05.73 a 05.10.73
Atestado Médico: 1649/73

Servidor: Manoel Lopes do Amaral
Matrícula: 12.460
Período: De 25.08.73 a 25.01.74
Atestado Médico: 1746/73

FALTAS RELEVADAS — ARTIGO 123 DA LEI 1711/52:

Servidor: Raul Macedo de Moraes
Matrícula: 11.906
Período: De 01.08.73 a 03.08.73
Atestado Médico: 1826/73

GDF — SAP — SA
Em 20/09/73
GUSTAVO BERNARDES RIBAS
Seção de Pessoal
Chefe

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO No. "P" - 100 A DE 03 DE AGOSTO DE 1973

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a letra "e", Artigo 36, do Regimento Interno,

RESOLVE:

designar a servidora MARIA EUNICE LEITE, Auxiliar de Administração, matrícula no. 91.152-FZDF, para substituir em seus impedimentos eventuais, a Assistente Executivo DÊNIA PASSOS GIACOMAZZO.

MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO No. "P" 103 DE 24 DE AGOSTO DE 1973

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a letra "e" Artigo 36, do Regimento Interno,

RESOLVE,

designar o Engenheiro Agrônomo RENATO JÁCOMO NANZAN, Chefe do Serviço de Obras Rurais, para substituir, em seus impedimentos eventuais, o Chefe do Departamento de Engenharia Rural, desta Entidade.

MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidnte.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO No. "p"-107 de 13 de setembro de 1973.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 18, do Regimento Interno,

RESOLVE:

designar o servidor AVELANES TOMAZ PERES, Auxiliar Técnico de Administração, mat. no. 90.912-FZDF, para exercer a função de Encarregado de Campo, do Convênio GDF/FZDF- Assistência Motomecanizada, a partir de 1o. do corrente mês.

MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO No. "p"-108 de 14 de setembro de 1973.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 18, do Regimento Interno,

RESOLVE:
dispensar, a partir do dia 29/08/73, o servidor LORIVAL CRISPIM DA COSTA, da função símbolo EC-10, de Assistente Executivo do Departamento de Recursos Naturais, desta Entidade.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente.

INSTRUÇÃO DO SERVIÇO No. "p"-109 de 14 de setembro de 1973.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 18, do Regimento Interno,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, o servidor MARCOS DE FARIA, da função símbolo EC-7, de Chefe da Secretaria de Divulgação e Documentação, a partir desta data.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº "E" - 17, DE 17 DE SETEMBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item XVII, do artigo 18, do Regimento Interno,
RESOLVE:
designar os Engenheiros Agrônomos EUGÊNIO TEIXEIRA DE REZENDE, JOSÉ ANTONIO AROUCA MORAIS, EDUARDO ALBERTO VILELA MORALES e ACYR GOMES COELHO para, sob a presidência do primeiro, comporem a Sub-Comissão de Fruticultura, destinada ao desenvolvimento do Projeto de "Produção de Sementes e Mudas Certificadas".
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº "E" - 16, DE 11 DE SETEMBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 18, do Regimento Interno,
RESOLVE:
designar os servidores LUIZ FERNANDO TERRA CUNHA, Engenheiro Civil, MARIA DO CARMO MATOS VIANA, Engenheiro Civil e THOMAZ ÁLVARO DE FIGUEIREDO, Condutor Técnico para, em Comissão, sob a presidência do primeiro, procederem o recebimento das obras do Departamento de Pesquisas e Experimentação, da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº "P" - 104, DE 11 DE SETEMBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 18, do Regimento Interno,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, o servidor JOSÉ MÁRIO DE OLIVEIRA, Auxiliar Técnico de Administração, mat. nº 90.704-FZDF, da função de Encarregado do Posto de Revenda do S.I.A., a partir do dia 1º do corrente mês.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº "P" - 105, DE 11 DE SETEMBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 18, do Regimento Interno,
RESOLVE:
designar o servidor CARLOS HENRIQUE SOARES DE SOUZA, Auxiliar Técnico de Administração, mat. nº 90.917 - FZDF, para exercer a função de Encarregado do Posto de Revenda do S.I.A., a partir de 1º do corrente mês.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº "P" - 106, DE 13 DE SETEMBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 18, do Regimento Interno,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, o servidor ALOISIO GAMARANO FERNANDES, Técnico Agrícola, mat. nº 90.891 - FZDF, da função de Encarregado de Campo, do Convênio GDF/FZDF - Assistência Motomecanizada, a partir de 1º do corrente mês.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. "P" 110 de 18 de setembro de 1973.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 18, do Regimento Interno,
RESOLVE:
cancelar, a partir de 13 do corrente, a Gratificação de Representação de Gabinete, de 50% sobre o respectivo salário, atribuída a servidora, NEIDE CAMPOS JANSEN, matrícula nº 90.112-FZDF.
NANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" - 111 DE 19 DE SETEMBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO , no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 18, do Regimento Interno,
RESOLVE:
designar o servidor PAULO MANHÃES DE ALMEIDA, Redator, para exercer a função símbolo EC—7, de Chefe da Secretaria de Divulgação e Documentação, a partir do dia 14/9/73.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" - 112 DE 19 DE SETEMBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 18, do Regimento Interno,

RESOLVE:

atribuir ao servidor PAULO MANHÃES DE ALMEIDA, Chefe da Secretaria de Divulgação e Documentação, a gratificação de representação de 50% sobre o Emprego em Comissão, a partir do dia 14.09.1973.

MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. "P" 113 DE 20 DE SETEMBRO DE 1973

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 18, do Regimento Interno,

RESOLVE:

atribuir ao servidor THOMAZ ÁLVARO FIGUEIREDO, Condutor Técnico, matrícula nº 91 395-FZDF, a Gratificação de Representação de Gabinete de 50% (cinquenta por cento), sobre os respectivos vencimentos, a partir da presente data.

MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

SESSÃO de 31 de agosto de 1973
Processo no.: 5.091/73
Interessado: DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS
Assunto: Solicita contratação de 15 (quinze), trabalhadores braçais por empreitada.
Relator: HELIO COSTA
RESOLUÇÃO No. 221
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, do Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
autorizar a contratação individual plúrimo, por prazo determinado, de 15 (quinze) trabalhadores braçais, para execução dos serviços de preparo de terra, semeadura, irrigação e capina, no Horto Florestal de Taguatinga, conforme o item 15, letras C.B. e E, do Parecer do Sr. Consultor Jurídico da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, anexo às fls. 02/7 do processo.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

Processo no. 38.586/67
Interessado: VICENTE DE PAULA MENDES PELOSO
Assunto: Transferência de contrato de arrendamento de lote rural.
Relator: JOSE PASSOS PORTO
RESOLUÇAO No. 222
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, do Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
conceder anuência à transferência do contrato de arrendamento do lote no. 44 (quarenta e quatro), de Sobradinho I, do Sr. ULYSSES DA SILVEIRA GUIMARÃES para o Sr. VICENTE DE PAULA MENDES PELOSO.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

Processo: 30.147/67
Interessado: JOSÉ CASUSA LEITE
Assunto: Arrendamento de lote rural
Relator: HELANO MAIA DE SOUZA
RESOLUÇÃO No. 223
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
autorizar o arrendamento do lote no. 32 (trinta e dois), da Colônia de Ponte Alta, ao Sr. JOSÉ CASUSA LEITE.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
CONSELHEIRO
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

Processo: 2.788/73
Interessado: GERALDO DAMIÃO SECUNHO
Assunto: Transferência de contrato de arrendamento de lote rural
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO
RESOLUÇÃO No.: 224
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, do Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
conceder anuências à transferência do contrato de arrendamento do lote rural no. 111 (cento e onze), da Colônia Agropecuária Taquara-Pipiripau, do Sr. JOÃO NOGUEIRA BENTO para o Sr. GERALDO DAMIÃO SECUNHO, desde que a taxa de arrendamento esteja em dia.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

Processo no: 13.032/67
Interessado: MAMORU KINJO
Assunto: Arrendamento de lote rural
Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
RESOLUÇÃO No. 225
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, do Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
autorizar o arrendamento do lote no. 56 (cinquenta e seis), do Núcleo Hortícula Suburbano da Vargem Bonita, ao Sr. MAMORU KINJO.
MANEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

Sessão de 31 de agosto de 1973
Processo no 2.202/68
Interessado: VICENTE PEREIRA DINIZ
Assunto: Arrendamento de lote rural
Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
RESOLUÇÃO No 226
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, do Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
autorizar o arrendamento do lote nº 29 (vinte e nove), da Colônia Agrícola de Ponte Alta, ao Sr. VICENTE PEREIRA DINIZ.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

Sessão de 31 de agosto de 1973
Processo no 6.350/72
Interessado: FELISBERTO RODRIGUES DA SILVA
Assunto: Arrendamento de lote rural
Relator: HELANO MAIA DE SOUZA
RESOLUÇÃO No. 227
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
autorizar o arrendamento do lote nº 56 (cinquenta e seis), da Colônia Agropecuária Taquara-Pipiripau, ao Sr. FELISBERTO RODRIGUES DA SILVA, com base no parecer prolatado pelo Exmo. Sr. Procurador Geral do Distrito Federal, nos autos suplementares no 200/70.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

Sessão de 31 de agosto de 1973
Processo no 115/73
Interessado: NÉLIO OLIVEIRA BARROS
Assunto: Arrendamento de lote rural
Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
RESOLUÇÃO No 228
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
autorizar o arrendamento do lote nº 168 (cento e sessenta e oito), da Colônia Agrícola de Ponte Alta, ao Sr. NÉLIO OLIVEIRA BARROS.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

Sessão de 31 de agosto de 1973
Processo no: 7.060/72
Interessado: ARMINDO DE OLIVEIRA CARVALHO
Assunto: Arrendamento de lote rural
Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
RESOLUÇÃO No 229
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, do Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
autorizar o arrendamento do lote nº 52 (cinquenta e dois), da Colônia Agrícola de Ponte Alta, ao Sr. ARMINDO DE OLIVEIRA CARVALHO.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

Sessão de 31 de agôsto de 1973
Processo no: 25.727/68
Interessado: RAIMUNDO BEZERRA DO NASCIMENTO
Assunto: Arrendamento de lote rural
Relator: HELANO MAIA DE SOUZA
RESOLUÇÃO No 230
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, do Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
autorizar o arrendamento do lote rural nº 45 (quarenta e cinco), do Núcleo Rural de Tabatinga, ao Sr. RAIMUNDO BEZERRA DO NASCIMENTO.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

SESSÃO DE 31 DE AGOSTO DE 1973
Processo no.: 25.049/63
Interessado: PAULO AFONSO PINHEIRO DE NEGREIROS
Assunto: Transferência de contrato de arrendamento de lote rural
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO
RESOLUÇÃO No. 231
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, do Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
conceder anuência à transferência do contrato de arrendamento do lote no. 78 (setenta e oito), do Núcleo Rural de Taguatinga, do Sr. SEVERINO QUEIROZ SOARES para o Sr. PAULO AFONSO PINHEIRO DE NEGREIROS.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELANO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

SESSÃO DE 31 DE AGOSTO DE 1973.
Processo no.: 1325/72
Interessado: FRANCISCO SUAREZ ROMAR
Assunto: Arrendamento de lote rural
Relator: HELANO MAIA DE SOUZA
RESOLUÇÃO No. 232
O CONSELHO DELIBERATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o item XII, do Artigo 16, do Regimento Interno,
RESOLVE:
autorizar o arrendamento do lote rural no. 40 (quarenta), do Núcleo Rural de Sobradinho I, ao Sr. FRANCISCO SUAREZ ROMAR, com base no parecer prolatado pelo Exmo. Sr. Procurador Geral do Distrito Federal, nos autos suplementares no. 200/70.
MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente
HÉLIO COSTA
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
HELENO MAIA DE SOUZA
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 25 DE SETEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 213.042/73,

RESOLVE:

EXCLUIR, a partir do dia 20.09.73, do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a que se refere o Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, o servidor ANTONIO ALVES DE MOURA, Servente, nível 5, matrícula nº 35, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, em 25 de setembro de 1973.

ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

PORTARIA DE 24 DE SETEMBRO DE 1973

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuida pelo artigo 7º, do Decreto nº. 1.270, de 13.01.70 e tendo em vista o que consta do processo nº. 37.344/73,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 5º. do referido Decreto, Gratificação de Representação de Gabinete, no valor de 50% (cinquenta por cento) do respectivo nível, ao servidor ANDRE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Trabalhador, nível 01, matrícula nº. 2.353, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, em 24 de setembro de 1973
ANTONIO FRAGOMENI

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB

ATA DA **OITAVA** ASSEMBLÉIA—GERAL **EXTRAORDINÁRIA** . DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA—CEB, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1973

As onze horas do dia trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e três, na sede da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, situada no Setor Comercial Sul, quadra 13, Lote 25, nesta Capital, previamente convocados, reuniram-se os Acionistas da empresa em Assembléia -Geral Extraordinária. Instalada a Assembléia, na forma estatutária, pelo Presidente da Companhia- Engº. ALOYSIO FARIA DE CARVALHO — assumiu a presidência da mesma o representante do Acionista majoritário - Distrito Federal - que convidou a mim, representante da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP - para secretariá-la, presentes também o representante do Acionista Banco Regional de Brasília S.A. - BRB e os Diretores da empresa, Engenheiros GASTÃO LUIZ DE ANDRADE LIMA, PAULO VICTOR RADA DE REZENDE e MARCOS NAYLOR ZERBINI. Ressalva-se que o Presidente e os Diretores da Companhia não participaram da votação dos assuntos em pauta, limitando-se a prestar os esclarecimentos solicitados. Verificadas as assinaturas no Livro de Presenca, página 8 (oito), constatou-se o comparecimento da totalidade dos Acionistas com direito a voto, como se segue: DISTRITO FEDERAL, subscritor de 186.156.649 (cento e oitenta e seis milhões, cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove) ações ordinárias nominativas, representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral do Distrito Federal - Doutor AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO; COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL—NOVACAP, subscritora de 17.250.000 (dezessete milhões, duzentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, representada por seu Diretor - Doutor ROBERTO OLIVEIRA CRUZ; e BANCO REGIONAL DE BRASILIA S.A. - BRB, subscritor de 172.500 (cento e setenta e dois mil e quinhentos) ações ordinárias nominativas, representado por seu Diretor - Doutor MARCELINO FEDERAL HERMIDA. Declarando abertos os trabalhos, determinou o Sr. Presidente da Assembléia se procedesse à leitura do respectivo Edital de Convocação, regularmente publicado no órgão oficial "Distrito Federal", nos dias 23, 24 e 28 do corrente mês, e nos jornais "Correio Braziliense", "Diário de Brasília" e "Jornal de Brasília", nos dias 23, 24 e 25, também do mês em curso, do teor seguinte: "COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB — ASSEMBLÉIA—GERAL EXTRAORDINÁRIA — EDITAL DE CONVOCAÇÃO — O Presidente da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, concessionária dos serviços públicos de energia elétrica no Distrito Federal, inscrita no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 00070693/001 e na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 1926, por despacho de 09/01/69, fazendo uso da atribuição que lhe confere o art. 20, inciso I, dos Estatutos Sociais da Empresa, convoca os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia-Geral Extraordinária, no edifício-sede da Companhia, situado no Setor Comercial Sul, Quadra 13, Lote 25, nesta Capital, às 11:00 horas do dia 31 (trinta e hum) do corrente mês, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Proposta da Diretoria para aumento do capital social da CEB, de Cr$ 220.873.707,00 para Cr$ 221.800.000,00, por meio de: 1) incorporação, ao capital social da Companhia, dos seguintes créditos de capital: a) quotas estaduais do IUEE, atribuidas ao GDF e pertencentes ao mesmo, no valor de Cr$ 877.269,00; b) contribuição exigida pela CEB para ligação de novos consumidores, nos termos do Decreto nº 68.419/71, daqueles contratantes que, à data de 30/06/73, já a haviam saldado, no montante de Cr$ 49.024,00. II — Alteração do art. 5º dos Estatutos Sociais. III — Outros assuntos Administrativos de interesse da empresa. Brasília, 21 de agosto de 1973. ALOYSIO FARIA DE CARVALHO — Presidente". Terminada a leitura, passou o Sr. Presidente da Assembléia a tratar da matéria constante do item I, da Ordem do Dia, determinando se procedesse à leitura da Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social da empresa, vazada nos seguintes termos: "Senhores Acionistas: Constitui objeto da presente submeter a essa Assembléia-Geral proposta da Diretoria para o aumento do Capital Social da CEB, de Cr$ 220.873.707,00 (duzentos e vinte milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e sete cruzeiros) para Cr$ 221.800.000,00 (duzentos e vinte e hum milhões e oitocentos mil cruzeiros). Tal proposta obedece à necessidade do cumprimento de obrigações legais, em face da existência, em poder da Companhia de créditos de capital que devem ser incorporados em prazo certo. A parcela preponderante, no valor de Cr$ 877.269,00 (oitocentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta e nove cruzeiros), é de propriedade do Distrito Federal e se refere a quotas estaduais que lhe cabem pelo rateio do Imposto Único sobre Energia Elétrica. Com essa incorporação, a conta-corrente específica, na Contabilidade da CEB, demonstrará o seguinte: 1 - Saldo após a última incorporação - Cr$ 0,82; 2 — Recebimento durante o 1º semestre de 1973 — Cr$ 878.649,15; 3 — Incorporação de que trata a presente - Cr$ 877.269,00; 4 - Saldo que passa em conta-corrente (1) -+- (2) - (3).: Cr$ 1.380,97. A parcela indicada no item a seguir se refere à contribuição exigida pela CEB para ligação de novos consumidores, nos termos do Decreto nº 68.419/71, de contratantes que, à data de 30/06/73, já a haviam saldado. A presente providência beneficiará 20 (vinte) contratantes, constantes da relação em anexo, e totalizará a importância de Cr$ 49.024,00 (quarenta e nove mil, vinte e quatro cruzeiros). Ainda sobre essas contribuições, constitui proposta da Diretoria que a Assembléia autorize o seguinte: a) sejam computados e pagos os juros de 10% a.a., **prorata tempore**, até 30/06/73; b) seja reconhecido, aos novos acionistas, o direito à percepção integral de dividendos relativos ao 2º semestre de 1973, em face do prazo de cômputo de juros, conforme alínea anterior; e c) sejam devolvidos, aos mesmos, os saldos residuais inferiores a Cr$ 1,00 (hum cruzeiro), recebidos pela CEB. Constitui, ainda, proposta da Diretoria que o aumento de capital, objeto da presente, venha a ser efetivado em ações do tipo ordinárias nominativas, para o Distrito Federal, e preferenciais nominativas, para os demais acionistas. Brasília, 20 de agosto de 1973. (a) Aloysio Faria de Carvalho - Presidente; (a) Marcos Naylor Zerbini - Diretor Técnico". ANEXO UNICO: "Relação dos Créditos de Capital: 01) Francisco de Paula da Silva - Cr$ 441,00; 02) Vicente Wilson Prado - Cr$ 441,00; 03) Fernando da Cunha Rego - Cr$ 3.600,00; 04) B. M. Silva - Cr$ 3.842,00; 05) CACIL - Reflorestamento e Construções Ltda.— 3.842,00; 06) Celerino Alves de Souza - 831,00; 07) Ezequias de Oliveira Chagas Cr$ 454,00; 08) Francisca da Conceição Pujals Marin - Cr$ 5.057,00; 09) João da Silva Barros - Cr$ 2.334,00; 10) Joel Castello Branco Milhomem - Cr$ 831,00; 11) Laminadora Beca S.A. - Cr$ 3.298,00; 12) Luiz Carlos Barreto Thedim- Cr$ 455,00; 13) José Cassiano Gomes dos Reis Júnior - Cr$ 2.731,00; 14) Viação Itapemirim S.A. - Cr$ 3.842,00; 15) Vicente Kenio Rosal Alcanfor - Cr$ 831,00; 16) Waldir Pina de Barros - Cr$ 831,00; 17) Obdego Augusto Batista - Cr$ 4.000,00; 18) José Pereira Pintos - Cr$ 3.776,00; 19) José Toral Goyannes - Cr$ 3.776,00; e 20) Luciano Ramella Pezza - Cr$ 3.811,00 TOTAL — Cr$ 49.024,00 (quarenta e nove mil, vinte e quatro cruzeiso)". A proposta da Diretoria para aumento do Capital Social da CEB, foi na forma da Lei das Sociedades por Ações, submetida à prévia apreciação do Conselho Fiscal, o qual emitiu a respeito da mesma o seguinte "PARECER — O Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB procedeu, nesta data, ao exame da proposta da Diretoria para aumento do capital social da empresa, de Cr$ 220.873.707:,00 (duzentos e vinte milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e sete cruzeiros) para Cr$ 221.800.000,00 (duzentos e vinte e hum milhões e oitocentos mil cruzeiros), constatando a existência, nos registros contábeis da Companhia, sob o título "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, dos saldos utilizados, sendo de parecer que a referida proposta se encontra em condições de ser aprovada pela Assembléia-Geral dos Acionistas. Brasília, 28 de agosto de 1973. (a) Alberto Moreira de Vasconcellos; (a) Paulo César Cuntin Filpo; (a) Marciano Lucchesi Loures". Concluída a leitura dos documentos supra-transcritos, declarou o Sr. Presidente da Assembléia em discussão a proposta da Diretoria para aumento do Capital Social da CEB e respectivos anexo e parecer do Conselho Fiscal. Terminada a discussão sem que se verificassem pronunciamentos em contrário, o Sr. Presidente da Assembléia submeteu a referida proposta a votos, sendo a mesma aprovada por unanimidade pela Assembléia-Geral. Com o aumento de capital ora aprovado, ficou a propriedade da Companhia de Eletricidade de Brasília- CEB assim constituida: acionistas portadores de ações ordinárias nominativas: DISTRITO FEDERAL, com 187.033.918 (cento e oitenta e sete milhões, trinta e três mil, novecentos e dezoito); COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, com 17.250.000 (dezessete milhões, duzentas e cinquenta mil); e BANCO REGIONAL DE BRASILIA S.A. - BRB, com 172.500 (cento e setenta e dois mil e quinhentas); acionistas portadores de ações preferenciais nominativas: DISTRITO FEDERAL, com 10.281.484 (dez milhões, duzentos e oitenta e hum mil, quatrocentos e oitenta e quatro); CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS, com 6.968.515 (seis milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentas e quinze); e DIVERSOS, com 93.583 (noventa e três mil, quinhentas e oitenta e três). Na sequência dos trabalhos, o Sr. Presidente da Assembléia passou a tratar do item II, da Ordem do Dia, lembrando que, em face do aumento do Capital Social da empresa, proposto pela Diretoria e aprovado nesta oportunidade pela Assembléia-Geral, impunha-se a necessidade de se alterar o art. 5º dos Estatutos, tendo sido aprovada a seguinte redação para o mesmo: "Art. 5º - O capital da Companhia é de Cr$ 221.800º,00 (duzentos e vinte e hum milhões e oitocentos mil cruzeiros), dividido em 204.456.418 (duzentos e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocenas e dezoito) ações ordinárias e 17.343.582 (dezessete milhões, trezentos e quarenta e três mil, quinhentas e oitenta e duas) ações preferenciais, todas nominativas e integralizadas, no valor de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada". Tratando do item III, da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembléia franqueou a palavra a quem desejasse abordar algum assunto administrativo de interesse da empresa, passando a fazer uso da palavra o Presidente da CEB, o qual deu ciência aos Senhores Acionistas de que a diretoria, usando da autorização que lhe fora outorgada pela Assembléia-Geral Extraordinária de 30/04/73, realizou concorrência entre os empregados da empresa para venda de (quatro) ações preferenciais resultantes de resíduos não incluídos na incorporação aprovada naquela oportunidade, cabendo ao servidor HERIBALDO MACEDO o lance vencedor, no valor de Cr$ 100,00 (cem cruzeiros), que, nos termos da referida autorização, reverteu em benefício dos acionistas detentores dos resíduos que deram origem àquelas ações. Ninguém mais desejando usar da palavra, o Sr. Presidente da Assembléia determinou a suspensão dos trabalhos para lavratura desta ata no livro próprio. Reaberta a sessão, eu (Roberto Oliveira Cruz), Secretário, procedi à leitura da presente ata, que foi aprovada por todos os Acionistas, os quais, comigo que a lavrei, a assinam, e da qual serão extraídas cópias autênticas para os fins legais.

AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Representante do Acionista Distrito Federal

MARCELINO FEDERAL HERMIDA
Representante do Acionista Banco Regional de Brasília S.A. - BRB

ROBERTO OLIVEIRA CRUZ
Representante da Acionista Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que a primeira via deste documento, por despacho do Presidente da JCDF, nesta data, foi arquivada sob o número - 4230

Brasília, 6.SET 1973

CLIMÉRIO ALVES DA GAMA
Secretário Geral

(Certidão da ATA da 6a. Assembélia Geral Ordinária da CEB, publicada no DF. nº 145, de 21.9.73.)

(Republicado do DISTRITO FEDERAL nº 144, de 20/9/73, páginas 7 e 8, devido a lapsos de revisão)

CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, FIRMADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA PRESMIC TURISMO LTDA, na forma abaixo.

Aos 22 dias do mês de agôsto do ano de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete da Superintendência da Administração da Estação Rodoviária de Brasília - AERB, presentes de um lado, representando o DISTRITO FEDERAL, o Senhor UBIRAJARA ARAUJO, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente daquele órgão, devidamente autorizado pelo artigo 2º inciso II, do Decreto nº 1.765, de 5 de agôsto de 1971, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, e do outro, a firma PRESMIC TURISMO LTDA, (C.G.C. nº..... 00019687/001), no ato representada pelo Senhor LUIZ DE FIGUEIREDO, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação de área de conformidade com o artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, conforme as cláusulas e condições que se seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente ajuste compreende as dependências da loja nº 2.09, da Estação Rodoviária de Brasília. CLÁUSULA SEGUNDA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência a que alude a cláusula anterior, - sem prévia e expressa anuência do OUTORGANTE, ficando desde logo - estabelecido, que qualquer benfeitoria será incorporada ao imóvel sem direito a retenção ou indenização alguma. CLÁUSULA TERCEIRA -A OUTORGADA só poderá explorar o ramo de comércio turístico, compreendendo: compra e venda de passagens, promoção de excursões, reservas em hoteis, transportes de passageiros e cargas, pelas vias aérea, marítima, férrea e rodoviária, por conta de terceiros, e atividades correlatas, bem como efetuar operações de cambio manual, fazendo-o na dependência ora concedida. CLÁUSULA QUARTA - Pertencem ao OUTORGANTE os aparelhos por ele instalados, os quais serão mantidos e entregues pela OUTORGADA em perfeito estado de conservação no término ou rescisão do presente instrumento. CLÁUSULA QUINTA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos e empregados o Regulamento Geral da Estação Rodoviária de Brasília, bem como as instruções baixadas ou que venham a sê-lo, que passam a integrar automáticamente este ajuste. PARÁGRAPO ÚNICO - O descumprimento do disposto nesta cláusula obrigará a OUTORGADA ao pagamento de multa no valor de 1 (um) salário mínimo regional ao OUTORGANTE. CLÁUSULA SEXTA - Na hipótese de reincidência da OUTORGADA, a multa prevista na cláusula anterior será exigida em dôbro, operando-se a rescisão contratual, em caso - de terceira reincidência, sem que à OUTORGADA caiba qualquer indenização. CLÁUSULA SÉTIMA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Estação Rodoviária, de qualquer dos prepostos e empregados da OUTORGADA cuja presença se torne comprovadamente imprópria ao interesse público. CLÁUSULA OITAVA - Correrão à conta da OUTORGADA as despesas com energia elétrica, incluída a parte que lhe couber em rateio, pelo consumo nos locais de acesso à área cuja ocupação ora é ajustada, telefone, gás, água, e esgotos, sendo de sua inteira responsabilidade os encargos tributários representados por impostos e taxas. CLÁUSULA NONA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, a partir de 1º de setembro de 1973 a título de taxa de ocupação, a importância de Cr$ 738,66 (setecentos e trinta e oito cruzeiros e sessenta e seis centavos) mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido. PARÁGRAFO ÚNICO - O atraso no pagamento de que trata esta cláusula, sujeitará a OUTORGADA às seguintes sanções: a) - multa de - 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do débito; b) - mora de 1% (um por cento) sobre o débito. CLÁUSULA DÉCIMA - O valor - da taxa estipulado na cláusula anterior, será reajustável de conformidade com o critério estabelecido no artigo 5º da Lei nº - 4.380, de 21 de agosto de 1964. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A vigência deste instrumento é de 2 (dois) anos contados a partir do dia 1º de setembro de 1973, sem prejuizo da precariedade estabelecida no artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1.964. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Estação Rodoviária. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O OUTORGANTE não se responsabilizará por danos ou riscos de quaisquer espécies, que porventura ocorram nas instalações e objetos existentes na aludida loja, os quais correrão sob inteira responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O asseio e conservação da loja concedida pelo OUTORGANTE serão de responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os serviços próprios ao ramo - de comércio da OUTORGADA deverão ser executados atendendo aos requisitos observados nas casas de melhor conceito de modo especial quanto a higiene, sendo defeso à OUTORGADA cobrar por tal execução, preço superior ao do comércio congênere estabelecido na cidade. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A infração ou violação, pela OUTORGADA, de qualquer cláusula deste Termo, acarretará sua rescisão automática, sem que o OUTORGANTE se obrigue ao pagamento de qualquer indenização. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Este instrumento não poderá ser - transferido ou cedido, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do OUTORGANTE. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A OUTORGADA depositará no Banco Regional de Brasília S/A - Agência Central, caução equivalente a 3 (três) meses, correspondente ao valor da Taxa de Ocupação, a título de garantia. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente ajuste só terá validade após sua publicação no "Distrito Federal", correndo esta por conta da OUTORGADA. CLÁUSULA VIGÉSIMA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao cumprimento deste pacto. E, por estarem assim justas e acordadas as partes já mencionadas e as testemunhas abaixo, depois de lido e achado conforme, é assinado êste instrumento, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma e procedida a sua lavratura em livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. Pelo OUTORGANTE: (a.) UBIRAJARA ARAUJO; Pela OUTORGADA: (a.) LUIZ DE FIGUEIREDO. Testemunhas: (a.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 15, fls. 232/34 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 10/09/1973

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO: 31/9/73
EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da 1a. Subprocuradoria-Geral

RENOVAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA W/3-SUL, QUADRA 511, ENTRE OS BLOCOS "A" E "B", DESTINADO A INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A SENHORA INACIA GOMES DA SILVA, EM 29 DE JUNHO DE 1970, na forma abaixo.

Aos 30 dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo nº 19015/72, e, do outro lado, a Senhora INACIA GOMES DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada à SQN 405/06 Bloco 46 Apartamento 302, nesta Capital, resolvem firmar a presente Renovação do Termo de Permissão de Utilização a título precário de imóvel situado na Av.W/3-Sul, Quadra-511, entre os Blocos "A" e "B", destinado a instalação de Banca de Jornais e Revistas, celebrado entre as mesmas partes em 29 de junho de 1970, publicado no órgão oficial "Distrito Federal", de 07 de julho - de 1970, na conformidade do Artigo 24 da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL permite a utilização do próprio denominado BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, situado na Av.W/3-Sul, Quadra 511 entre os Blocos "A" e "B", destinado a venda de Jornais, Revistas, e Similares. PARÁGRAFO ÚNICO - A utilização de que trata a presente cláusula, na forma da legialação que a ampara será feita a título precário e se regerá por este ajuste, não ficando sujeita a disposições de outras Leis concernentes à locação. CLÁUSULA SEGUNDA - Nenhuma alteração ou obra poderá ser feita nas dependências, cuja utilização ora é permitida, sem prévia e necessária autorização expressa do DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Serviços Públicos. PARÁGRAFO ÚNICO - Quaisquer benfeitorias úteis ou necessárias aderem de imediato ao bem, não assistindo a PERMISSIONÁRIA quaisquer direitos quer de indenização, quer de retenção sobre elas. CLÁUSULA TERCEIRA - A PERMISSIONÁRIA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos às instruções baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A desobediência às instruções baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, acarretará as seguintes penalidades: I)- pagamento de multa no valor de 01 (um) salário mínimo regional ao DISTRITO - FEDERAL, quando da primeira infração; II) a cobrança da multa retroferida em dobro no caso de reincidência; III) cassação da PERMISSÃO - por ato do Secretário de Serviços Públicos, com a consequente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito a indenização, por parte Da PERMISSIONÁRIA, no caso de terceira infração. PARÁGRAFO SEGUNDO As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas ao Serviço de Tesouraria Geral da Divisão do Tesouro do Departamento da Despesa da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, na conformidade da Legislação vigente. CLÁUSULA QUARTA - São de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, assim como ficarão a seu cargo o asseio e a conservação do próprio, objeto da PERMISSÃO. CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA pagará ao DISTRITO FEDERAL, uma taxa de ocupação mensal no valor de Cr$ 468,00 (quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na Legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da taxa de ocupação acarretará uma multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor - da taxa de ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por danos ou riscos de quaisquer espécies que porventura, venham a ocorrer nas instalações existentes no imóvel, objeto deste contrato. CLÁUSULA SÉTIMA A PERMISSIONÁRIA declara haver recebido o imóvel em perfeito estado - de conservação e se compromete a devolvê-lo, uma vez expirado ou rescindido o contrato, ou cassada a Permissão, no estado em que o recebeu PARÁGRAFO PRIMEIRO - Correrão por conta da PERMISSIONÁRIA, os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO SEGUNDO - A PERMISSIONÁRIA submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Serviços Públicos, para - sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles ser empregado, sempre, material igual, ou à sua falta comprovada, similar de boa qualidade, até então existente no objeto consertado ou substituído CLÁUSULA OITAVA - A presente Renovação não poderá ser cedido no todo - ou em parte, salvo se houver expressa anuência do DISTRITO FEDERAL . CLÁUSULA NONA- A presente Renovação ficará automáticamente cassada nas seguintes hipóteses: a) inadimplência de quaisquer de suas cláusulas - ou condições; b) o não recolhimento da taxa de ocupação por 03 (três) meses consecutivos. PARÁGRAFO ÚNICO - Cassada a Permissão , a PERMISSIONÁRIA perderá a caução e seus reforços. CLÁUSULA DÉCIMA- O prazo de vigência do presente ajuste, é de 24 meses, contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Correrão por conta da PERMISSIONÁRIA, as despesas com a publicação deste ajuste. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (as.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pela PERMISSIONÁRIA: (as.) INACIA GOMES DA SILVA. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 95, fls. 238/40 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 10/09/1973

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO: 31/9/73
EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da 1a. Subprocuradoria-Geral

RENOVAÇÃO DE TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE IMÓVEL SITUADO NA AV. W3 Q. 506 - AB DESTINADO A BANCA DE JORNAIS E REVISTAS; CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O SENHOR PEDRO VIEIRA DA SILVA, EM 25 DE JUNHO DE 1970, na forma abaixo.

Aos 04 dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Exelentíssimo Senhor Governador, expressamente exarada no Processo nº 19.015/72, e, do outro lado, o Senhor PEDRO VIEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, jornaleiro, residente e domiciliado na SQS-412 - Bl. "L", Aptº 107, nesta Capital, resolvem firmar a presente Renovação do Termo de Permissão de Utilização a título precário de imóvel situado na AV. W3 Q. 506 - AB, destinado a instalação de Banca de Jornais e Revistas, celebrado entre as mesmas partes em 25 de junho de 1970, publicado no órgão oficial "Distrito Federal", de 03 de julho de 1970, na conformidade do artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL - permite a utilização do próprio denominado BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, situado na AV. W3 Q. 506 - AB, destinado a venda de Jornais, Revistas e Similares, PARÁGRAFO ÚNICO - A utilização de que trata a presente Cláusula, na forma da legislação que a ampara será feita a título precário e se regerá por este ajuste, não ficando sujeita a disposições de outras Leis concernentes à locação. CLÁUSULA SEGUNDA- Nenhuma alteração ou obra poderá ser feita nas dependências, cuja utilização ora é permitida, sem prévia e necessária autorização expressa do DISTRITO FEDERAL, , através de sua Secretária de Serviços Públicos. PARÁGRAFO ÚNICO - Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias aderem de imediato ao bem, não assistindo ao PERMISSIONÁRIO quaisquer direitos quer de indenização, quer de retenção sobre elas. CLÁUSULA TERCEIRA - O PERMISSIONÁRIO obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos às instruções baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A desobediência às instruções baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, acarretará as seguintes penalidades I) - pagamento de multa no valor de 1 (um) salário mínimo regional ao DISTRITO FEDERAL, quando da primeira infração; II) - a cobrança da multa retroreferida em dobro no caso de reincidência; III) - cassação da PERMISSÃO por ato do Secretário de Serviços Públicos, com a consequente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito a indenização, por parte do PERMISSIONÁRIO, no caso de terceiro infração. PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhdas ao Serviço de Tesouraria Geral da Divisão do Tesouro do Departamento da Despesa da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, na conformidade da Legislação vigente. CLÁUSULA QUARTA-São de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO, as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, assim como ficarão a seu cargo o asseio e a conservação do próprio, objeto da PERMISSÃO. CLÁUSULA QUINTA - O PERMISSIONÁRIO pagará ao DISTRITO FEDERAL, umataxa de ocupação mensal no valor de CR$ 468,00 (quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da ocupação fixada na presente cláusula, será rejustável na conformidade do critéiro estabelecido no artigo 5º. da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na Legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento dataxa de ocupação acarretará

uma multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da taxa ' de ocupação, independentemente da incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por danos ou riscos de quaisquer espécies que por ventura, venham a ocorrer nas instalações existentes no imóvel, objeto deste contrato. CLÁUSULA SÉTIMA - O PERMISSIONÁRIO declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a devolvê-lo, uma vez expirado ou rescindido o contrato, ou cassada a Permissão, no estado em que o recebeu. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Correrão por conta do PERMISSIONÁRIO, os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO SEGUNDO - O PERMISSIONÁRIO submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Serviços ' Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles ser empregado, sempre , material igual, ou à sua falta comprovada, similar de boa qualidade, até então existente no objeto ' consertado ou substituido. CLÁUSULA OITAVA - A presente Renovação ' não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA NONA - A presente Renovação' ficará automàticamente cassada nas seguintes hipóteses: a) - inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições; b) - o não recolhimento da taxa de ocupação por 3 (três) meses consecutivos. PARÁGRAFO ÚNICO - Cassada a Permissão, o PERMISSIONÁRIO perderá a caução e seus reforços. CLÁUSULA DÉCIMA - O prazo de vigência do presente ajuste, é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Correrão por conta do PERMISSIONÁRIO, as despesas com a publicação deste ajuste. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pelo PERMISSIONÁRIO: (as.) PEDRO VIEIRA DA SILVA. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 15 fls. 264/66 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 06/09/1973

VISTO: 13/9/73

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da la. Subprocuradoria-Geral

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

RENOVAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE IMÓVEL SITUADO NA SQS 114, DESTINADO À INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O SENHOR JOSÉ BONIFÁCIO COSTA, EM 26 DE JUNHO DE 1970, na forma abaixo.

Aos 31 dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo nº 19.015/72, e, do outro lado, o Senhor JOSÉ BONIFÁCIO COSTA, brasileiro, casado, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar a presente Renovação do Termo de Permissão de Utilização a título precário de imóvel situado na SQS 114, destinado a instalação de Banca de Jornais e Revistas, celebrado entre as mesmas partes em 26 de junho de 1970, publicado no órgão oficial "Distrito Federal", de 03 de julho de 1970, na conformidade do Artigo 24 da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL permite a utilização do próprio denominado BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, situado na SQS 114, destinado a - venda de Jornais, Revistas e Similares. PARÁGRAFO ÚNICO - A utilização de que trata a presente cláusula, na forma da legislação que a am para será feita a título precário e se regerá por este ajuste, não ficando sujeita a disposições de outras Leis concernentes à locação . CLÁUSULA SEGUNDA - Nenhuma alteração ou obra poderá ser feita nas dependências, cuja utilização ora é permitida, sem prévia e necessária autorização expressa do DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria - de Serviços Públicos. PARÁGRAFO ÚNICO - Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias aderem de imediato ao bem, não assistindo ao PERMISSIONÁRIO quaisquer direitos quer de indenização, quer de retenção sobre elas. CLÁUSULA TERCEIRA - O PERMISSIONÁRIO obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos às instruções baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A desobediência às instruções baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, acarretará as seguintes penalidades: I) pagamento de multa no valor de 1 (um) salário mínimo regional ao DISTRITO FEDERAL, quando da primeira infração; II) a cobrança da multa retroreferida em dobro no caso de reincidência; III) cassação da PERMISSÃO por ato do Secretário de Serviços Públicos, com a consequente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização, por parte do PERMISSIONÁRIO, no caso de terceira infração. PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas ao Serviço de Tesouraria Geral da Divisão do Tesouro do Departamento da Despesa da Secretaria de Finanças do - Distrito Federal, na conformidade da Legislação vigente. CLÁUSULA - QUARTA - São de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO, as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam, ou venham a incidir sobre o imóvel, assim como ficarão a seu cargo o asseio e a conservação do próprio, objeto da PERMISSÃO. CLÁUSULA QUINTA - O PERMISSIONÁRIO pagará ao DISTRITO FEDERAL, uma taxa de ocupação mensal no valor de Cr$ 312.00 (trezentos e doze cruzeiros), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido. PARÁGRAFO PRIMEIRO- O valor da ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na - conformidade do critério estabelecido no artigo 5º, da Lei nº 4.380 , de 21 de agosto de 1964, e acompanhará as alterações que porventura - venham a ocorrer na Legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso - no pagamento da taxa de ocupação acarretará uma multa de 10% (dez - por cento), calculada sobre o valor da taxa de ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por danos ou riscos de quaisquer espécies que por ventura, venham a ocorrer nas instalações existentes no imóvel, objeto deste contrato. CLÁUSULA SÉTIMA - O PERMISSIONÁRIO declara haver - recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a devolvê-lo, uma vez expirado ou rescindido o contrato, ou cassada a Permissão, no estado em que o recebeu. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Correrão- por conta do PERMISSIONÁRIO, os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO - SEGUNDO - O PERMISSIONÁRIO submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles ser empregado, sempre, material igual, ou à sua falta comprovada, similar de boa qualidade, até então- existente no objeto consertado ou substituído. CLÁUSULA OITAVA- A presente Renovação não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver expressa nuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA NONA - A presente Renovação ficará automàticamente cassada nas seguintes hipóteses : a) inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições; b)o não recolhimento da taxa de ocupação por 03 (três) meses consecutivos. PARÁGRAFO ÚNICO - Cassada a Permissão, o PERMISSIONÁRIO perderá a cau - ção e seus reforços. CLÁUSULA DÉCIMA - O prazo de vigência do presente ajuste, é de 24 meses,,contados a partir da data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Correrão por conta do PERMISSIONÁRIO, as despesas com a publicação deste-a juste. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmez a e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusu - las, lavrou-se o presente em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas - testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (as.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pelo PERMISSIONÁRIO: (as.) JOSÉ BONIFÁCIO COSTA. Testemunhas: (as) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 15 fls. 244/45 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 06/09/1973

VISTO: 13/9/73

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da la. Subprocuradoria-Geral

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 17 dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete do Secretário de - Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente e xarada no Processo nº 23.209/73, e, do outro lado, o Senhor HERMES DAVID, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado à SQS. 405 - Bloco U - Aptº 206, nesta Capital,resolvem firmar o presente Termo de Transação, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública, instalado na Pista da Academia de Polícia, em frente ao S.N.I., ocorrido no dia 12 de março de 1973, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O Senhor HERMES DAVID, aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a: a) - não pleitear em juízo - quaisquer direitos referentes ao que foi objeto da presente - Transação; b) - aceitar o valor da indenização proposta pelo - Distrito Federal, no valor de Cr$ 2.174,15 (dois mil, cento e setenta e quatro cruzeiros e quinze centavos) e a ressarci-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta- cláusula será paga ao Distrito Federal, pelo Senhor HERMES DAVID, em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, representadas por dez Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$.. 217,46 (duzentos e dezessete cruzeiros e quarenta e seis centavos) e as 09 (nove) demais no valor de Cr$ 217,41 (duzentos e dezessete cruzeiros e quarenta e um centavos) cada, vencendo a - primeira no dia 30 de setembro de 1973 e a última no dia 30 de junho de 1974, já estando incluídos os juros legais. CLÁUSULA SEGUNDA - O Distrito Federal, aceita a presente composição em - todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no Judiciário em relação ao fato que deu origem a presente Transação. CLÁUSULA TERCEIRA - A cobrança Judicial de quaisquer dívidas para com a Fazenda do Distrito Federal decorrentes do presente Termo de Transação, será feita de conformidade com o que estabelece o Parágrafo Único do Artigo Primeiro, do Decreto-Lei hº 960, de 17 de novembro de - 1938. CLÁUSULA QUARTA - Correrão por conta do Senhor HERMES DAVID, as despesas decorrentes da publicação do presente Termo de Transação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA QUINTA- Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal,de pois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL:(a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pela PARTE: (a.) HERMES DAVID. Testemunhas: (a.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 15 fls. 70/71 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 05/09/1973

VISTO: 13/9/73

EMMANUEL F. MENDES LYRIO

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 31 dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinte da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Exelentíssimo Senhor Governador expressamente ' exarada no Processo nº 27.174/72, e, do outro lado, o senhor JULIO NAKAO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado a QSC-17 Lote 5 7 Taguatinga, resolvem firmar o presente Termo de ' Transação, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública instalado no Balão de Taguatinga, ocorrido no dia 18 (dezoito) de maio de 1973 (mil ' noventos e setenta e três), de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O senhor JULIO NAKAO, aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a: a)- não pleitear em Juizo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto da presente Transação; b)- aceitar o valor da indenização ' proposta pelo Distrito Federal, no valor de CR$ 1.338,34 (hum mil trezentos e trinta e oito cruzeiros e trinta e quatro centavos), e a ressarci-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta cláusula será paga ao Distrito Federal, pelo senhor JULIO NAKAO, em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, representadas por 10 (dez) Notas Promissárias, sendo a primeira no valor de CR$ 133,87 (cento e trinta e três cruzeiros e oitenta e sete ' centavos), e as 9 (nove) demais no valor de CR$ 133,83 (cento e trinta e três cruzeiros e oitenta e três centavos), cada, vencendo a primeira no dia 30 (trinta) de outubro de 1973 (mil novecentos e setenta e três) e a última no dia 30 (trinta) de julho de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro), já estando incluidos os juros legais. CLÁUSULA SEGUNDA - O Distrito Federal, aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no Judiciário em relação ao fato que deu origem a presente Transação. CLÁUSULA TERCEIRA - A cobrança Judicial de quaisquer dívidas para com a Fazenda do Distrito Federal decorrentes do presente Termo de Transação, será feita de conformidade com o que estabelece o Parágrafo Único, do Artigo Primeiro, do Decreto Lei nº. 960, de 17 de novembro de 1938. CLÁUSULA QUARTA - Correrão por conta do senhor JULIO NAKAO, as despesas ' decorrentes da publicação do presente Termo ao "DISTRITO FEDERAL" . CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente' instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraidas 7 (sete) cópias datilografadas' de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pela PARTE: (as.) JÚLIO NAKAO. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 15 fls. 244/45 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 10/09/1973

VISTO: 13/9/73

EMMANUEL F. MENDES LYRIO

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

TERMO DE CONTRATO DE HONORÁRIOS CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O DOUTOR ORDÉLIO AZEVEDO SETTE, TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA forma abaixo.

Aos 11 dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Doutor AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Excelentíssimo Senhor Governador expressamente exarada no Processo nº 25.134/73, e, do outro lado, o Doutor ORDÉLIO AZEVEDO SETTE, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Belo Horizonte - Minas Gerais, inscrito na O.A.B. - Seção de Minas Gerais, sob o nº13726, C.P.F. nº 001992736, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem firmar o presente Termo de Contrato de honorários , objetivando a prestação de serviços advocatícios de acordo com - as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto a prestação por parte do CONTRATADO de serviços advocatícios no acompanhamento de processos junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais. PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços mencionados nesta - cláusula consistem no acompanhamento completo dos feitos em que for parte o DISTRITO FEDERAL, compreendendo o envio periódico ao mesmo. através de sua Procuradoria-Geral, de informações acerca

de andamentos dos processos, sustentação oral quando do julgamento e interposição de recurso de revista ou outro porventura cabível, no caso de decisão desfavorável ao DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA SEGUNDA - Caso o CONTRATADO julgue conveniente, poderá elaborar e distribuir memoriais alusivos à causa. CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços objeto do presente instrumento poderão ser prestados por qualquer dos membros do Escritório do CONTRATADO, sob sua inteira responsabilidade. CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO vencerá mensalmente honorários equivalentes a 3 (três) salários- mínimos vigente em Belo Horizonte - Minas Gerais, desde que o número de processos não ultrapasse a 30 (trinta). PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o volume de processos exceda o número mencionado nesta cláusula, as contratantes fixarão de comum acordo, o valor dos honorários correspondentes a esse acréscimo. CLÁUSULA QUINTA - Os recursos são provenientes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei nº 5.865, de 12 de dezembro de 1972, e correrão à conta do seguinte Elemento: 3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - SUBELEMENTO - 99 SERVIÇOS DIVERSOS - conforme Nota de Empenho por estimativa nº .. 025/73-PRG, no valor de Cr$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros), emitida pela Procuradoria-Geral. CLÁUSULA SEXTA - O presente Contrato não acarretará vínculo empregatício, na conformidade do disposto no artigo 111 do Decreto-Lei nº 200/67. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", expirando-se sua vigência no dia 31 (trinta e um) de dezembro de 1973. CLÁUSULA OITAVA - Correrão por conta do CONTRATADO as despesas decorrentes da publicação do presente instrumento. CLÁUSULA NONA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL : (a.) ANAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO; Pelo CONTRATADO: (a.) ORDÉLIO AZEVEDO SETTE. Testemunhas: (a.) NANCY CARVALHO LIMA e (a.) SCHIRLEI DE FONSECA DE CARVALHO.

PELO DISTRITO FEDERAL: (a.)

PELO CONTRATADO : (a.)

TESTEMUNHAS : (a.)

(a.)

TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O DISTRITO FEDERAL E COMO OUTORGADA A FIRMA VIAÇÃO ALTO PARAÍSO LTDA., na forma abaixo.

Aos 16 dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e três (1973), assinou-se este Termo de Ocupação, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Superintendente da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, Senhor UBIRAJARA ARAÚJO, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado nesta Capital, devidamente autorizado pelo Decreto nº 1.765/71, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, e, do outro lado, a Firma VIAÇÃO ALTO PARAISO - LTDA., no ato representada pelo Sócio Gerente, Senhor JOSÉ ALVES FERNANDES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação de Área, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Ocupação será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada por Guichet 3.15 da Estação Rodoviária. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência ora concedida, sem prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE, sendo que qualquer benfeitoria fica desde logo incorporada ao imóvel, sem direito a retenção ou indenização em tempo algum. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA só poderá explorar o ramo de comércio de Transportes Coletivos "Interestadual", fazendo-o exclusivamente na dependência objeto deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - Pertencem ao OUTORGANTE os aparelhos por ele instalados, os quais deverão ser mantidos e entregues pela OUTORGADA, em perfeito estado de conservação no término ou rescisão do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA SEXTA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos e empregados, o Regulamento Geral da Estação Rodoviária, do qual tem pleno conhecimento, que fará parte integrante deste Acordo, bem como as Instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento do Regulamento-Geral da Estação Rodoviária, obrigará a OUTORGADA ao pagamento da multa no valor de 01 (um) salário mínimo regional ao OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, a multa prevista na cláusula anterior será cobrada em dobro, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba direito de indenização a OUTORGADA, caso venha a ocorrer terceira incidência aos dispositivos do Regulamento-Geral da Estação Rodoviária. CLÁUSULA NONA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Estação Rodoviária, de qualquer dos prepostos e empregados da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. - CLÁUSULA DÉCIMA - São de inteira responsabilidade da OUTORGADA, as despesas com energia elétrica, telefone, gás, água e esgotos, bem como o pagamento de todos os impostos, taxas, e da cota a parte que lhe couber em rateio pelo consumo de energia elétrica nos locais de acesso à área objeto deste Termo. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, a partir de 1º de junho de 1973, uma taxa de Ocupação no valor mensal de Cr$ 468,00 (quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros), até o 10º(décimo) dia após o vencimento de cada mês. PARÁGRAFO ÚNICO - O atraso no pagamento de que trata a presente cláusula, sujeitará a OUTORGADA as seguintes sanções: a) - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito; b) - mora de 1% (um por cento) sobre o valor do débito. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O valor da taxa de Ocupação estipulada na cláusula anterior, será reajustável *na conformidade do critério estabelecido no* Artigo 5º, da - Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA A vigência do presente Termo de Ocupação é de 02 (dois anos, contados a partir de 1º de junho de 1973, sem prejuízo da precariedade prevista na cláusula primeira da Concessão. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Estação Rodoviária. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O OUTORGANTE não se responsabilizará por danos ou riscos de quaisquer espécies, que por acaso ocorrerem nas instalações e demais objetos existentes no GUICHET aludido na cláusula segunda, os quais correrão sob inteira responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O asseio e a conservação do Guichet concedido pelo OUTORGANTE, ficarão à cargo da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os serviços próprio ao ramo de Comércio da OUTORGADA, deverão ser executados com todos os requisitos observados nas casas de melhor conceito, de modo especial quanto a higiene, não podendo a OUTORGADA cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao do Comércio estabelecido na Cidade. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A infração ou violação pela OUTORGADA, de quaisquer das cláusulas deste Termo de Ocupação, importará na sua rescisão, sem que o OUTORGANTE se obrigue ao pagamento de indenização. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, salvo se houver expressa anuência do OUTORGANTE. CLÁUSULA VIGÉSIMA - A OUTORGADA depositará no Banco Regional de Brasília S/A Agência Central, caução equivalente a 03 (três) meses, correspondentes ao valor da Taxa de Ocupação, como garantia deste. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - *Correrão por conta da OUTORGADA todas as despesas decorrentes* da publicação deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete)cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo OUTORGANTE: (a.) UBIRAJARA ARAÚJO; Pela OUTORGADA: (a.) JOSÉ ALVES FERNANDES FILHO. Testemunhas: (a.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 14 fls. 67/69 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO: Nº 1749/1973

BRASÍLIA, 13/09/1973

EMMANUEL E. MENDES LYRIO

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O BANCO NACIONAL S.A., na forma abaixo.

Aos 31 dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete do Secretário de Finanças do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário de Finanças, Senhor ANTÔNIO FRAGOMENI, brasileiro, casado, bacharel em Matemática, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo nº. 22.920/72, e, do outro lado, o BANCO NACIONAL S.A., no ato representado pelos Senhores JOSÉ MARIA CORDEIRO VALADARES e MARCO ANTONIO PASCOAL, ambos brasileiros, casados, bancários, residentes e domiciliados nesta Capital, aqui denominado simplesmente BANCO, tem entre si justos e acordados, nos termos do Decreto "K", nº. 644, de 11 de agosto de 1967, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O BANCO se obriga, no DISTRITO FEDERAL a arrecadar, diretamente dos contribuintes do DISTRITO FEDERAL, os impostos Predial, Territorial-Urbano, sôbre Circulação de Mercadorias e sôbre Serviços, dentro dos prazos regulamentares. CLÁUSULA SEGUNDA - As quantias arrecadadas nos termos da cláusula anterior, serão registradas no BANCO, em conta transitória, sem juros, aberta sob o título contábil - DEPÓSITOS DE PODÊRES PÚBLICOS À VISTA - CONVÊNIO DO DISTRITO FEDERAL - CONTA ARRECADAÇÃO, cujo saldo será transferido para o Banco Regional de Brasília S/A - Agência Central, na forma estabelecida na cláusula terceira. CLÁUSULA TERCEIRA - Até o dia 20 (vinte) de cada mês ou no 1º. (primeiro) dia útil subsequente, o BANCO (no *caso de mais de uma Agência*), o BANCO e cada uma de suas dependências transferirão diretamente, sem qualquer ônus para crédito de Conta do G.D.F., junto à Matriz do Banco Regional de Brasília S/A, o saldo existente, até dia 14 (quatorze), na Conta que trata a cláusula anterior. CLÁUSULA QUARTA - O BANCO, na qualidade de Agente Arrecadador, não responderá pelos prazos, declarações, cálculos, outros elementos consignados pelos contribuintes nas Guias de Recolhimento, *preenchimento segundo modêlo* aprovado pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal. CLÁUSULA QUINTA - O BANCO encaminhará ao G.D.F., diàriamente, as segundas e terceiras vias das Guias de Recolhimento recebidas, acompanhadas de 3 (três) vias do "Aviso de Recolhimento e Crédito", e, mensalmente, os Avisos de Débitos relativos às transferências efetuadas para o Banco Regional de Brasília S/A., acompanhadas de 2 (duas) vias do extrato da Conta ao período da transferência. CLÁUSULA SEXTA - O Decreto "K" nº. 644, de 11 de agosto de 1967, para todos os efeitos, passa a constituir parte integrante do presente Convênio. - CLÁUSULA SÉTIMA - O BANCO que, por motivos não justificáveis, deixar de cumprir quaisquer das Cláusulas dêste Instrumento, ou as solicitações formais da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, quanto à sua execução, fica, sujeito à suspensão do Sistema de Arrecadação, podendo ainda ter declarada sua inidoneidade para transacionar com órgãos do Complexo Administrativos do DISTRITO FEDERAL, por ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, mediante proposta circunstanciada do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças. CLÁUSULA OITAVA - A parte, é facultado, em qualquer tempo denunciar o presente Instrumento, sem que o uso dessa faculdade dê direito a indenização de qualquer natureza. A denúncia far-se-á por escrito e produzirá efeito de 30 (trinta) dias após sua comunicação. CLÁUSULA NONA - O presente Convênio só entrará em vigor após sua publicação no órgão oficial " Distrito Federal ". CLÁUSULA DÉCIMA - Correrão por conta do DISTRITO FEDERAL, *as despesas decorrentes* da publicação do presente - Instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (a.) ANTÔNIO FRAGOMENI; Pelo BANCO: (a.) JOSÉ MARIA CORDEIRO VALADARES e (a.) MARCO ANTONIO PASCOAL. Testemunhas: (a.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 14 fls. 276/78 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 13/09/1973

MARCO ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO: Nº 1749/1973

EMMANUEL E. MENDES LYRIO
Procuradora-Geral da 1a. Subprocuradoria-Geral

ADITAMENTO AO TERMO DE RENOVAÇÃO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, A FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL E A ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO DISTRITO FEDERAL - ACAR-DF, AOS SEIS (06) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1973, OBJETIVANDO REAJUSTAR O VALOR DO PACTO.

Aos 13 dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e três (1 973), no Gabinete da Secretaria de Agricultura e Produção, presentes, representando o DISTRITO FEDERAL, conforme delegação de poderes expressamente exarada no Processo nº 030983/73, o Doutor MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO, brasileiro, casado, engenheiro agronomo, representando a FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, através da Instrução de Serviço "E", de 29 de janeiro de 1 973, "ad referendum" do respectivo Conselho Deliberativo, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, o Doutor FERNANDO ANTÔNIO GALVÃO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, economista, e, a ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO DISTRITO FEDERAL, aqui designada por ACAR-DF, autorizado pelo Comitê Administrativo, consoante Resolução nº 02 de 26 de abril de 1 972, o Doutor HELCIO DE FREITAS CORDEIRO, brasileiro, casado, arquiteto, todos residentes e domiciliados nesta Capital, resolvem firmar este Aditivo ao Termo de Renovação do Convênio entre si celebrado, aos seis (06) dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e três (1 973), publicado no "DISTRITO FEDERAL" de 16 do mesmo mês e ano e lavrado às fls. 254/56, do Livro nº 12 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, objetivando reajustar o valor do supramencionado instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O valor do Termo de Renovação celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL e ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO DISTRITO FEDERAL, aos 06 dias do mês de fevereiro de 1973, publicado no "DISTRITO FEDERAL" de 16 do mesmo mês e ano, passa a ser de Cr$. 1.902.000,00 (Hum milhão, novecentos e dois mil cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - O valor mencionado nesta cláusula será complementado com a importância de Cr$ 310.000,00 (trezentos e dez mil cruzeiros), procedente do orçamento do Distrito Federal, para o corrente Exercício Lei nº 5.865, de 12 de dezembro de 1972, e correrá à conta do Seguinte Elemento: 4.1.2.0 - SERVIÇOS EM REGIME DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL, conforme Nota de Empenho nº 32/73, no valor de Cr$ 310.000,00 (trezentos e dez mil cruzeiros), emitida pela Secretaria de Agricultura e Produção. CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do pacto ora Aditado. CLÁUSULA TERCEIRA - O presente instrumento terá vigência a partir de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL". CLÁUSULA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente pacto. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o Termo em *livro próprio da 1a.Subprocuradoria* - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO; Pela FUNDAÇÃO: (as.) FERNANDO ANTÔNIO GALVÃO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE; Pela ACAR-DF: (as.) HELCIO DE FREITAS CORDEIRO. *TESTEMUNHAS:* (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 14 fls. 283/84 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO: Nº 1749/1973

BRASÍLIA, 13/09/1973

EMMANUEL E. MENDES LYRIO

MARCO ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAEs), OBJETIVANDO A AMPLIAÇÃO DA REDE EDUCATIVA NO QUE TANGE AOS DEFICIENTES MENTAIS.

Aos 10 dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e três (1 973), no Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Doutor JULIO DE CASTILHOS CACHAPUZ DE MEDEIROS, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Excelentíssimo Senhor Governador, expressamente exarada no Processo nº 110 047/73-SEC, e, do outro lado, a FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAEs), sociedade civil de caráter assistencial e educacional, sem fins lucrativos, fundada aos 10 dias do mês de novembro de 1 962, na cidade de São Paulo-S.P.,com sede e foro em Brasília, no Edifício São Paulo, sala 418-SCS, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 62.388.566, no INPS,sob nº 21.902, e registrada no CNSS sob nº 253.750, doravante denominada simplesmente FEDERAÇÃO, aqui representada pelo seu Vice-Presidente , Doutor HÉLIO PEREIRA LEITE, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Convênio, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA-Por este instrumento, compromete-se o DISTRITO FEDERAL, na medida do possivel, através da sua Secretaria de Educação e Cultura, a colocar à disposição da FEDERAÇÃO, professora especializada capaz de proporcionar assistência e orientação adequadas aos deficientes mentais. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se a FEDERAÇÃO, por seu turno, a prestar integral assessoramento técnico ao órgão incumbido do atendimento ao deficiente mental no DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, quando por esta solicitada, visando, assim, uma melhor implantação da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1 971, emitindo pareceres sobre cursos, escolas ou currículos. CLÁUSULA TERCEIRA - A FEDERAÇÃO enviará, mensalmente, à Secretaria de Educação e Cultura - do Distrito Federal, a frequência da professora a que se refere a Cláusula Primeira, a qual poderá ser substituida por outra de igual-nível e especialidade, a critério do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA QUARTA - O presente instrumento terá vigência por 12 (doze) meses, contada a partir da sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal" . CLÁUSULA QUINTA - Este ajuste poderá ser rescindido a qualquer tempo de comum acordo entre os convenentes. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas-relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim , justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado-em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraí - das sete (07) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 14 ... 279/280 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 17/09/1973

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO: 20/9/73

TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O DISTRITO FEDERAL E COMO OUTORGADO O SENHOR EULO FRUET BETTINI, na forma abaixo.

Aos 16 dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e três (1973), assinou-se este Termo de Ocupação, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Superintendente da Administração Rodoviária de Brasília, Senhor - UBIRAJARA ARAÚJO, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado nesta Capital, devidamente autorizado pelo Decreto nº. 1.765/71, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, e, do outro lado, o Senhor EULO FRUET BETTINI, brasileiro , casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADO, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes-cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Ocupação será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei nº. 4.545, de 10 de dezembro de 1964. CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada por BOX nº 1.05, da Estação Rodoviária. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência ora concedida, - sem prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE,sendo que qualquer benfeitoria, fica desde logo incorporada ao Imóvel, sem direito a retenção ou indenização em tempo algum. CLÁUSULA QUARTA - O OUTORGADO só poderá explorar o ramo de comércio venda de Cachorro Quente, Refrigerantes e Produtos de Milho, fazendo-o exclusivamente na dependência objeto deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - Pertencem ao OUTORGANTE os aparelhos - por ele instalados, os quais deverão ser mantidos e entregues pelo OUTORGADO, em perfeito estado de conservação no término ou rescisão do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA SEXTA - O OUTORGADO obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos e empregados, o Regulamento-Geral da Estação Rodoviária, do qual tem pleno conhecimento, que fará parte integrante deste Acordo,bem como às Instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento do Regulamento-Geral da Estação Rodoviária, obrigará o OUTORGADO ao pagamento da multa no valor de 1 (um) salário mínimo regional ao OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - Verificando-se a reincidência do OUTORGADO, a multa prevista na cláusula anterior será cobrada em dobro, o Termo de Ocupação será rescindido, sem - que caiba direito de indenização ao OUTORGADO; caso venha a ocorrer terceira incidência aos dispositivos do Regulamento Geral da Estação Rodoviária. CLÁUSULA NONA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Estação Rodoviária, de qualquer dos prepostos e empregados do OUTORGADO, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA - São de inteira responsabilidade do OUTORGADO, as despesas com energia elétrica, telefone, gás, água e esgotos, bem como o pagamento de todos os impostos, taxas e da cota a parte que lhe couber em rateio pelo consumo de energia elétrica nos locais de acesso à área objeto deste Termo. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O OUTORGADO pagará ao OUTORGANTE, a partir de 1º de julho de 1973, uma Taxa de Ocupação no valor mensal de Cr$ 524,16 (quinhentos e vinte e quatro cruzeiros e dezesseis centavos), até o 10º (décimo) dia após o vencimento de cada mês. PARÁGRAFO ÚNICO - O atraso no pagamento de que trata a presente cláusula, sujeitará o OUTORGADO as seguintes sanções: a) - multa de 10% (déz por cento) sobre o valor do débito ; b) - mora de 1% (um por cento) sobre o valor do débito. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O valor da Taxa de Ocupação estipulada na cláusula anterior, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agôsto de 1.964. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A vigência do presente Termo de Ocupação é de 2 (dois) anos contado a partir de 1º de julho de 1.973, sem prejuízo da precariedade prevista na cláusula primeira da - Concessão. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O OUTORGADO obriga-se a manter em funcionamento o seu local de Comércio, de acordo com as - necessidades da Estação Rodoviária. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O OUTORGANTE não se responsabilizará por danos ou riscos de quaisquer espécies, que por acaso ocorrerem nas instalações e demais objetos existentes no BOX aludido na cláusula segunda, os quais correrão sob inteira responsabilidade do OUTORGADO. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O asseio e a conservação do BOX concedido pelo OUTORGANTE, ficarão à cargo do OUTORGADO. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os serviços próprios ao ramo de Comércio, do OUTORGADO, deverão ser executados com todos os requisitos observados nas Casas demelhor conceito, de modo especial quanto a higiene, não podendo o OUTORGADO cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior-ao do Comércio estabelecido na Cidade. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A infração ou violação pelo OUTORGADO, de quaisquer das cláusulas deste Termo de Ocupação, importará na sua rescisão, sem que o OUTORGANTE se obrigue ao pagamento de indenização. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido-ou cedido no todo ou em parte, salvo se houver expressa anuência do OUTORGANTE. CLÁUSULA VIGÉSIMA - O OUTORGADO depositará no - Banco Regional de Brasília S/A - Agência Central, Caução equivalente a 3 (três) meses correspondentes ao valor da Taxa de Ocupação como garantia deste. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Correrão por conta do OUTORGADO todas as despesas decorrentes da publicação deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento.E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo OUTORGANTE: (a.) UBIRAJARA ARAÚJO; Pelo OUTORGADO: (a.) EULO FRUET BETTINI. Testemunhas: (a.) JOSÉ GUIO MARINO DIAS e (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA. EM TEMPO: No preâmbulo onde se lê: UBIRAJARA ARAÚJO; Leia-se: EUNÍLIO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado funcionário púbico.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº 15 - 63/64 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 19/09/1973

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO: 20/9/73

Termo de Contrato celebrado entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e a Sra. Geralda de Paula Morais, tendo por objeto a locação de uma loja situado no pavimento térreo do prédio em Planaltina, a Rua João Quirino, nº 739, conforme processo nº 000209/69.

Aos cinco (05) dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete da Secretaria de Agricultura e Produção e Presidência da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, no 17º andar do Edifício Brasília - Setor Bancário Sul, foi assinado o presente contrato de locação comercial, presentes, de um lado, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato representada por seu Presidente, Dr. Manoel Carneiro de Albuquerque Filho, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, a Sra. Da. Geralda de Paula Morais, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada em Planaltina-DF, na rua Cel. João Quirino, nº 739, devidamente autorizada por seu espôso, Cecílio Alves de Morais, conforme procuração lavrada no Cartório do 2º Ofício, Tabelionato Borges Teixeira, Livro 127, daqui por diante denominada' apenas por LOCADORA, tudo de conformidade com as cláusulas e condições seguintes: PRIMEIRA - Objeto da Locação: Uma loja no pavimento térreo do prédio nº 739, na Rua João Quirino, na cidade de Planaltina-DF, com as especificações constantes da planta anexada ao Processo nº 000209/69, conforme escritura pública de venda e compra, lavrada no Livro nº 4 W, fls. 181-182, em 08/11/67. SEGUNDA - Valor da Locação: O valor da locação é de Cr$ 350,00(trezentos e cinquenta cruzeiros) por mês, cuja importância, que monta a Cr$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros), deverá ser paga de uma só vez, conforme condições prèviamente estabelecidas no processo nº 000209/69, origem deste contrato. TERCEIRA - PRAZO DE LOCAÇÃO: O prazo de validade do presente contrato é de um (01) ano, tendo início de vigência a partir de 05 (cinco) de agosto de 1973 e a terminar em igual dia, mês do ano de 1974 . QUARTA - Destinação do Imóvel Locado: Destina-se o referido imóvel à instalação de um escritório regional do Departamento Agropecuário da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal,visando dar assistência aos agricultores e pecuaristas da Região de Planaltina, em consonância com a política de fomento preconizada pelo governo local. QUINTA - Alterações no Imóvel: A LOCADORA autoriza a LOCATÁRIA a introduzir as alterações na loja locada,de forma a adaptá-la às reais necessidades e aos fins a que se destina, incorporando-se ao patrimônio da LOCADORA qualquer acréscimo que por acaso venha a ser feito. SEXTA - Encargos: Todos os impostos, taxas e tributos de qualquer espécie, água, luz, etc. correrão por conta exclusiva da LOCADORA. SÉTIMA - Sublocação : Fica vedado à LOCATÁRIA sublocar, ou a qualquer título transferir, no todo ou em parte, a loja objeto deste contrato.OITAVA - Rescisão: A parte que der motivo à rescisão do presente contrato, por infração de qualquer de suas cláusulas, responderá por perdas e danos, honorários advocatícios e demais cominaçaes, digo, e demais cominações legais. Parágrafo único: Será também rescindido, sem qualquer cominação legal, por acordo das partes, por incêndio ou qualquer outro motivo de força maior, devidamente comprovado. NONA - Despesas: As despesas decorrentes deste ' contrato correrão por conta da LOCATÁRIA, no presente exercício, conforme dotação própria, consignada no seu orçamento. DÉCIMA - Fôro: Fica eleito o fôro de Brasília-DF para dirimir ' quaisquer dúvidas que acaso advenham deste contrato, renunciando a LOCADORA o fôro da situação do imôvel. DÉCIMA-PRIMEIRA- Publicação: O presente termo de contrato será publicado no órgão oficial do Complexo Administrativo, denominado DISTRITO FEDERAL. Por estarem assim justos e contratados, mandaram as partes que se lhes lavrasse o presente termo em livro próprio, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos contratantes e testemunhas abaixo nomeadas e do qual foram extraídas cinco (05) vias de igual teor e forma, para os fins de direito.Pela LOCATÁRIA: (a) Manoel Carneiro de Albuquerque Filho; Pela LOCADORA: (a) Geralda de Paula Morais; TESTEMUNHAS: (a) João Batista Marquez de Resende; Martinho Álvares da Silva Contagem Filho.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do livro de Registro de Contratos e Convênios nº 2, fls. 41v. a 43v., do Gabinete da Presidência da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Brasília, 19 de setembro de 1973

NORMA VILMA DE OLIVEIRA FACUNDO
Secretária

Termo de Aditamento e Prorrogação Contratual que entre si fazem a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e o empresário Elias Michael Campos, tendo por objeto a continuação de espetáculos públicos no Parque Zoobotânico, conforme processo nº 004784/73.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1973, no Gabinete do Senhor Secretário de Agricultura e Produção , também presidente da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, com sede no 17º andar do Edifício Brasília - Setor Bancário Sul, foi assinado este contrato, presentes, de um lado, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, daqui por diante denominada tão somente por FUNDAÇÃO, neste ato representado por seu presidente, Doutor Manoel Carneiro de Albuquerque Filho, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta Capital, devidamente autorizado pelo Egrégio Conselho Deliberativo, conforme Resolução nº 271, de 12 de setembro de 1973 e, do outro lado, o Senhor Elias Mi

chael Campos, brasileiro, casado, empresário, residente e domici - liado no Núcleo Bandeirante, aqui denominado simplesmente CONTRATADO, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas. PRIMEIRA - O presente termo tem por seu objeto aditar e prorrogar o contrato lavrado às fls. 192 a 194/v. do Livro de Registro de Contratos e Convênios da FUNDAÇÃO, firmado em quatro (04) de fevereiro de 1972. SEGUNDA - Ficam acrescidos ao contrato originário identificado na cláusula primeira mais vinte (20) espetáculos ao preço de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada um, a partir do término ' do número de espetáculos constantes na cláusula terceira do instrumento de aditamento e prorrogação firmado em quatorze (14) de setembro de 1972. TERCEIRA - O valor deste aditamento e prorrogação' contratual importa em Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), cuja a verba correrá à conta do elemento 3.1.4.0 - Encargos Diversos do Orçamento da FUNDAÇÃO, conforme nota de empenho nº 1371/73-A. QUARTA - A exação do número de espetáculos constantes na cláusula segunda e o preço fixado na cláusula terceira do contrato originário, ficam ratificadas as demais cláusulas daquele instrumento, bem como a cláusula segunda e terceira do termo de aditamento e prorrogação firmado entre os contratantes em 14 (quatorze) de setembro de 1972. QUINTA - O presente termo será publicado no órgão "Distrito Federal", correndo as despesas de divulgação por conta da Entidade Contratante. Por estarem, assim, justos e contratados, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente termo em livro próprio da FUNDAÇÃO, conforme, vai assinado, pelas partes interessadas e pelas testemunhas ao ato presentes. Pela FUNDAÇÃO: (a) Manoel Carneiro de Albuquer - que Filho; Pelo CONTRATADO: Elias Michael Campos; Testemunhas: (a) João Batista Marquez de Rezende; Martinho Álvares da Silva Conta - gem Filho.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do livro de Registro de Contratos e Convênios nº 2, fls. 43v. a 44v., do Gabinete da Presidência da Funda - ção Zoobotânica do Distrito Federal.

Brasília, 20 de setembro de 1973

NORMA VILMA DE OLIVEIRA FACUNDO
Secretária

RESUMO DOS CONVÊNIOS FIRMADOS COM A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, DURANTE O PERÍODO DE 24 DE JULHO A 20 DE AGOSTO DE 1973.

PROCESSO No. 20.020/73-Ref. 5.499/72-2º ADITIVO - SEJ-247/73.
INT.: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
OBJETO: 2o. aditivo ao convênio de 11.07.72.
PRAZO: Prorrogado até 31.12.73.
DATA: 24 de julho de 1973.

PROCESSO Nº 18.207/73 - Ref. 11.676 - 10º ADITIVO - SJ-248/73
INT. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
OBJETO: 10o. aditivo ao convênio celebrado em 24.08.65.
PRAZO: Prorrogado por mais de 06 meses, contados de sua publicação no Diário Oficial da União.
DATA: 27 de julho de 1973.

PROCESSO No. 19.060/73-7o. ADIT. SJ-246/73-Ref. 12.133.
INT.: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
OBJETO: 7o. aditivo ao convênio de 03.03.67.
PRAZO: Prorrogado até 31.12.73.
DATA: 27 de julho de 1973.

PROCESSO No. 21.313/73-6o. ADIT. SJ-267/73-Ref. 12.208/P.
INT.: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
OBJETO: 6o. aditivo ao convênio de 06.07.67.
PRAZO: Prorrogado por 8 meses, contados da publicação no Diário Oficial da União.
DATA: 13 de agosto de 1973.

PROCESSO No. 21.516-1o. ADIT. SJ-266/73-Ref. 34.689/72.
INT.: MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
OBJETO: 1o. aditivo ao convênio de 23.11.72.
PRAZO: Prorrogado até 31.10.73.
DATA: 13 de agosto de 1973

PROCESSO No. 20.408/73-4o. ADIT.SJ-268/73-Ref. 12.823/P.
INT.: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
OBJETO: 4º aditivo ao convênio de 15.09.70
VALOR: Cr$212.900,00.
PRAZO: Prorrogação por mais 3 meses, contados da publicação no Diário Oficial da União.
DATA: 13 de agosto de 1973.

PROCESSO No. 13.223/73-SJ 213/73.
INT.: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- "FUB".
OBJETO: Execução de serviços através do Centro de Processamento de Dados.
VALOR: Cr$350,00 p/hora.
PRAZO: 1 ano, contado a partir de 01.05.73.
DATA: 20 de agosto de 1973.
Brasília, DF, 11 de setembro de 1973.

RESUMO DOS CONTRATOS FIRMADOS COM A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, DURANTE O PERÍODO DE 20 DE JULHO A 04 DE SETEMBRO DE 1973.

PROCESSO Nº 12.637/73-SJ-243/73
INT.: CONTROL'S S/A
OBJETO: Conservação de áreas ajardinadas e arborizadas, no Plano Piloto e adjacências, em Brasília DF.
VALOR: Cr$200.000,00.
PRAZO: 180 dias, contados de 20.07.73.
DATA: 20 de julho de 1973.

PROCESSO No. 15.576/73-SJ 244/73.
INT.: ALUMISA - ESTRUTURAS DE ALUMÍNIO S/A.
OBJETO: Execução do projeto de estrutura de alumínio para o Estádio de Futebol de Brasília-DF.
VALOR: Cr$15.000,00.
PRAZO: 35 dias, contados de 16.07.73
DATA: 20 de julho de 1973.

PROCESSO No. 11.449/73-1o. ADIT.SJ-250/73-Ref. 37.886/72.
INT.: MODELO- REVESTIMENTOS ESPECIAIS LTDA.
OBJETO: 1o. aditivo ao contrato no. 073/73.
PRAZO: Prorrogação por mais 107 dias, contados de 16.04.73.
DATA: 23 de julho de 1973.

PROCESSO No. 16.164/73-1o. ADIT.SJ-249/73-Ref. 40.176/72.
INT.: EMPAL- EMPREITEIRA AUXILIAR DE OBRAS LTDA.
OBJETO: 1o. aditivo ao contrato no. 448/73.
PRAZO: Prorrogado por mais 60 dias, contados de 15.06.73
DATA: 27 de julho de 1973.

PROCESSO No. 08.062/73-SJ 228/73.
INT.: SOCIPLAN- SOCIEDADE CIVIL DE PLANEJAMENTOS LTDA.
OBJETO: Elaboração de projeto de ar condicionado para o Ministério do Planejamento, em Brasília-DF.
VALOR: Cr$262.000,00.
PRAZO: 220 dias úteis, contados da assinatura do contrato.
DATA: 27 de julho de 1973.

PROCESSO No. 12.959/73-SJ 245/73.
INT.: CONTROL'S S/A.
OBJETO: Implantação de gramados, árvores e jardins, nas cidades satélites de Brasília-DF.
VALOR: Cr$100.000,00.
PRAZO: 90 dias, contados de 27.07.73.
DATA: 27 de julho de 1973.

PROCESSO No. 16.480/73-SJ 251/73.
INT.: QUACIL M.M. QUADROS-COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
OBJETO: Execução de terreplenagem na área do Centro Desportivo-Presidente Médici, em Brasília-DF.
VALOR: Cr$ 1.000.000,00
PRAZO: 210 dias, contados de 27.07.73.
DATA: 27 de julho de 1973.

PROCESSO No. 35.052/73 SJ-258/73.
INT.: INDÚSTRIA VILLARES S/A.
OBJETO: Serviços de reparos e melhoramentos nos elevadores do Edifício Sede do Ministério da Fazenda, em Brasília-DF.
VALOR: Cr$44.860,00.
PRAZO: 90 dias, contados de 31.07.73.
DATA: 31 de julho de 1973.

PROCESSO No. 53.922/73-1o. ADITIVO-SJ-255/73.
INT.: POLIENGE S/A - SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES.
OBJETO: 1o. aditivo ao contrato no. 187/73.
VALOR: Cr$105.855,36.
DATA: 03.08.73.

PROCESSO No. 15.800/73-1o. ADIT.SJ-257/73-Ref. 38.348/72.
INT.: CACIL- REFLORESTAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA.
OBJETO: Fornecimento e plantio de grama, no P. Piloto e adjacências, em Brasília-DF.
PRAZO: Prorrogado por mais 75 dias, contados de 26.04.73.
DATA: 06 de agosto de 1973.

PROCESSO No. 17.227/73-1o.ADIT.SJ-269/73-Ref.41.272/72.
INT.: CACIL- REFLORESTAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA.
OBJETO: 1o. aditivo ao contrato no. 031/73.
PRAZO: Prorrogado por mais 30 dias, contados de 06.06.73.
DATA: 10 de agosto de 1973.

PROCESSO No. 14.972/73-SJ 254/73.
INT.: BRASILENGE- ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A.
OBJETO: Urbanização de 8 praças, em Taguatinga-DF.
VALOR: Cr$70.000,00.
PRAZO: 60 dias, contados de 10.08.73.
DATA: 10 de agosto de 1973.

PROCESSO No. 16.086/73 - SJ 270/73.
INT.: CACIL - REFLORESTAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: Conservação de ruas em áreas das cidades satélites de Brasília-DF.
VALOR: Cr$ 250.000,00
PRAZO: 240 dias, contados de 10.08.73.
DATA: 10 de agosto de 1973.
PROCESSO No. 08.623/73 -SJ 264/73.
INT.: IMPECO-BRAS - IMPERMEABILIZANTES E COBERTURAS LTDA.
OBJETO: Fornecimento e colocação de cerca de tela, na obra do Departamento de Imprensa Nacional, em Brasília-DF.
VALOR: Cr$ 116.960,00
PRAZO: 45 dias, contados de 13 de agosto de 1973.
DATA: 13 de agosto de 1973.
PROCESSO No. 15.248/73 SJ 253/73.
INT.: CONSERVADORA E REPRESENTAÇÕES MARTE LTDA.
OBJETO: Execução de serviços de pintura no Hospital Distrital de Planaltina DF.
VALOR: Cr$ 106.861,50
PRAZO: 20 dias, contados de 14.08.73.
DATA: 14 de agosto de 1973.
PROCESSO No. 00.347/73 SJ 282/73
INT.: CONSTRUTORA ROIZEN LTDA.
OBJETO: Construção, em pré-moldado, de 2 galpões, para a Polícia Militar do DF.
VALOR: Cr$ 778.935,00
PRAZO: 90 dias, contados de 16.08.73
DATA: 16 de agosto de 1973
PROCESSO No. 14.626/73 SJ 283/73
INT.: EMPREENDIMENTOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A - EGESA
OBJETO: Pavimentação e terraplenagem no P. Piloto e adjacências de Brasília, DF.
VALOR: Cr$ 3.000.000,00
PRAZO: 180 dias, contados de 17.08.73
DATA: 17 de agosto de 1973
PROCESSO No. 14.625/73 SJ 275/73
INT.: CONSURSAN- ENGENHARIA E COMÉCIO S/A
OBJETO: Execução de redes de captação de águas pluviais, no Guará II, em Brasília, DF.
VALOR: Cr$ 500.000,00
PRAZO: 150 dias, contados de 17.08.73
DATA: 17 de agosto de 1973.
PROCESSO No. 16.016/73 1o ADIT. SJ-277/73 Ref. 41.272/72
INT.: REFLORESTAMENTO SANTA HELENA
OBJETO: Plantio de grama no P.Piloto e adjacências, em Brasília Distrito Federal.
VALOR: Cr$
PRAZO: Prorrogação por 45 dias, contados de 01.06.73
DATA : 17 de agosto de 1973
PROCESSO No. 20.382/73 SJ 271/73
INT.: INDÚSTRIAS VILLARES S/A
OBJETO: Fornecimento e instalação de 03 elevadores, no Bloco J, da Escola Nacional de Informações, em Brasília, DF.
VALOR: Cr$ 613.063,00
PRAZO: 270 dias, contados de 17.08.73
DATA: 17 de agosto de 1973
PROCESSO No. 22.548/73 1o ADIT. SJ-261/73 - Ref.19.167/72
INT.: ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTRUTURAS E PROJETOS
OBJETO: 1o aditivo ao contrato no. 206/73
VALOR: Cr$ 14.753,60
PRAZO: 15 dias, contados de 17.08.73
DATA: 17 de agosto de 1973
PROCESSO No. 16.254/73 SJ 279/73
INT.: REFLORESTAMENTO SANTA HELENA LTDA.
OBJETO: Abertura de 30.000 covas em áreas do Plano Piloto e cidades satélites de Brasília, DF.
VALOR: Cr$ 128.100,00
PRAZO: 180 dias, contados de 17.08.73
DATA: 17 de agosto de 1973
PROCESSO No. 18.388/73 1o. ADIT. SJ-284/73 Ref. 11.531/73
INT.: CACIL - REFLORESTAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: 1o. aditivo ao contrato no. 106/73
VALOR: Cr$ 250.000,00 acrescido no valor de contrato principal.
PRAZO: Prorrogação por 50 dias, contados de 08.05.73
DATA: 20 de agosto de 1973
PROCESSO No. 14.161/73 SJ 281/73
INT.: SERVENG-CIVILSAN S/A - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
OBJETO: Serviços de pavimentação e eventual terraplenagem na área do Hospital Distrital de Taguatinga, DF.
VALOR: Cr$ 350.000,00
PRAZO: 90 dias, contados de 20.08.73
DATA: 20 de agosto de 1973
PROCESSO No. 15.104/73 SJ 276/73
INT.: COSISAN - AGRO COMERCIAL CONSTRUÇÃO CIVIL E SANITÁRIA LIMITADA.

OBJETO: Execução de serviços de escavação manual para águas pluviais, em áreas de Brasília, DF.
VALOR: Cr$ 450.000,00
PRAZO: 180 dias, contados de 20.08.73
DATA: 20 de agosto de 1973
PROCESSO No. 21.295/73 SJ 289/73
INT.: CACIL- REFLORESTAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA.
OBJETO: Conservação de áreas ajardinadas no Plano Piloto e adjacências, em Brasília, DF.
VALOR: Cr$ 1.341.294,07
PRAZO: 360 dias, contados de 24.08.73
DATA: 24 de agosto de 1973
PROCESSO No. 17.316/73 SJ 259/73
INT.: PROJETO S/A - CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
OBJETO: Execução de serviços topográficos, no Setor Esportivo Norte e outros locais de Brasília, DF.
VALOR: Cr$ 120.000,00
PRAZO: 120 dias, contados de 24.08.73
DATA: 24 de agosto de 1973
PROCESSO No. 23.014/73 SJ 291/73
INT.: COFIBA - CONSERTADORA FIEL DE BALANÇAS LTDA.
OBJETO: Serviços de reparos na balança do Departamento de Urbanização da Novacap, em Brasília, DF.
VALOR: Cr$ 2.450,00
PRAZO: 30 dias, contados de 31.08.73
DATA: 31 de agosto de 1973
PROCESSO No. 24.833/73 SJ 303/73
INT.: MEKSOL- ENGENHARIA DE SOLOS LTDA.
OBJETO: Execução de fundações em tubulões do Estádio de Brasília Distrito Federal.
VALOR: Cr$ 1.343.424,40
PRAZO: 60 dias, contados de 20.08.73
DATA: 04 de setembro de 1973
Brasília, DF,11 de setembro de 1973.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

RESUMOS DE ADITIVOS AOS CONTRATOS CELEBRADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Aditivo ao Contrato No. 31/72
Tomada de Preços No. 15/72
Processo No. 02.062/73
Interessado : EGESA - EMPREENDIMENTOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A
Objeto: Prorroga o prazo da Clásula III, por 60 (sessenta) dias, a partir de 01 de setembro de 1973, inclusive.
Data: 20 de setembro de 1.973.

Aditivo ao Contrato No. 03/73
Convite No. 015/73
Processo No. 00.255/73
Interessado : BRASIL - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
Objeto : Prorroga o prazo da cláusula III, por 30 (trinta)dias, a partir de 29 de julho de 1.973, inclusive.
Data: 13 de agosto de 1973.
VIKTOR JOSÉ LEER ARNEITZ
Chefe da Seção de Comunicação e Arquivo
DER - DF.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM . O DISTRITO FEDERAL

RESUMO DE CONTRATO CELEBRADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Contrato nº 18/73
Convite nº 207/73
Processo nº 01.691/73
Interessado: CONSTRUTORA ARTEC LTDA
Objeto: Execução de guias de

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

concreto na pista de competição, fornecimento e assentamento de meios-fios para calaçadas do estacionamento interno do Autódromo de Brasília - DF, sob o regime de empreitada por Preços Unitários.
Valor: 128.741,00 (cento e vinte e oito mil, setecentos e quarente e um cruzeiros)
Prazo: 60 (sessenta) dias
Data: 10 de setembro de 1 973.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

RESUMO DE CONTRATO CELEBRADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
Contrato No.: 15/73
Tomada de Preços No.: 13/73
Processo No.: 01.711/73
Interessado: BRASILIENGE - ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A
Objeto: Fornecimento e assentamento de 18.00 ML de meios-fios, na Rodovia EPCT, trecho EPTG a DF-8, sob o regime de empreitada por Preço Unitário.
Valor: Cr$ 304.200,00 (trezentos e quatro mil e duzentos cruzeiros)
Prazo: 45 (quarenta e cinco) dias
Data: 12 de setembro de 1973

IKTOR JOSÉ LEER ARNEITIZ
Chefe da Seção de Comunicação e Arquivo
DER-DF

RESUMO DE CONTRATO CELEBRADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
Convite Nº 218/73
Contrato Nº 19/73
Processo Nº 01.163/73
Interessado: PAVIQUIMICA — PRODUTOS QUIMICOS LTDA
Objeto: Execução de serviços de sinalização Horizontal nas Rodovias BR—020, BR—060, BR—070 e DF—3, numa extensão aproximada de 62,220 KM.
Valor: 119.610,40 (cento e dezenove mil, seiscentos e dez cruzeiros e quarenta centavos)
Prazo: 30 (trinta) dias
Data: 18 de setembro de 1 973

EDITAIS E AVISOS

GDF **SSP**

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
COTELB

AVISO

TOMADA DE PREÇOS 023/73

A COTELB avisa que fará realizar Tomada de Preços para aquisição de Grupos Eletrogenos de Emergência para a Estação Telefônica da Península Sul.
Os Editais e Especificações Tecnicas se encontram à disposição dos interessados na Tesouraria da COTELB.

Brasília, 26 de setembro de 1973.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
CRAS
8a. Região: Distrito Federal, Goiás e M. Grosso
Sede: Edif. Márcia, s/1.006, Tel. 23-6823, SCS, DF
Edital de convocação de eleições

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS da 8a. Região, de acordo com a Instrução nº 10 do E. CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS - CFAS e com os Arts. nºs 32-II e 36 do Regimento Interno aprovado pela Ass. Geral de 8/5/1970, CONVOCA os ASSISTENTES SOCIAIS inscritos neste Conselho e em pleno gozo de seus direitos, para votação nas eleições complementares a se realizarem em 9/11/1973, para o preenchimento dos cargos de Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 2º Tesoureiro e, respectivamente, seis e dois Suplentes dos Conselhos Diretor e Fiscal. São exigidas a apresentação da Carteira de Identidade Profissional de Assistente Social e a quitação com a Tesouraria. Os que não votarem incorrerão na multa de trinta cruzeiros e os AASS do D. Federal, ausentes na data das eleições, deverão comunicar com antecedência, ao Conselho o endereço para remessa da documentação para voto por correspondência como ocorre com os não residentes no D. Federal. As mesas receptora e apuradora funcionarão, respectivamente, das 10,30h às 18,30h e logo após. A Instrução nº 10 do CFAS e o Calendário Eleitoral serão encontrados na Sede do CRAS, na APAS-Goiás e nas Comissões Locais de Cuiabá e C. Grande, Mato Grosso. O período para registro das chapas termina em 15/10/73.

Brasília, DF., 30 de setembro de 1973
João Theodoro de Salles Abreu
AS. 21 - CRAS/8a. Região
PRESIDENTE

DECLARAÇÃO

DIEGO ANTONIO VILLASANTI, firma individual estabelecida n/Capital à SIA, Trecho 1, Lotes 1090/1120, com Oficina Mecânica de Consertos de Bombas Injetoras, devidamente inscrita no GDF sob o nº 120404, declara para os devidos fins que foram extraviados dez (10) talões de NOTAS DE TRANSAÇÃO de números 2.501 a 3.000.

Brasília, 27 de setembro de 1973
AUCONTEC - Auditoria e Contabilidade Técnica
DALVA DO NASCIMENTO
CGC-MF 003113/73 - CRC-DF 179 - GDF 128031
INPS 23.001.11.863/22

Quando substituir um fuzível queimado por outro, e que este fundir-se também, recorra a um profissional para inspecionar o circuito elétrico.

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmº Sr. Juiz Mauro Renan Bittencourt, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Setor de Diversões Sul - Edifício Venâncio III, 5º andar, que constam da pauta para a sessão que se realizará no dia 11 de OUTUBRO de 1973 (QUINTA-FEIRA), às 15,00 horas, ou sessão subsequente processos com julgamentos iniciados ou adiados e constante de pautas anteriores, publicadas e mais o(s) seguinte (s) feito(s):

Recurso Voluntário nº JRF/RV - 40/73
Recorrente: Construções e Topografia Basevi Ltda.
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos

Recurso Voluntário nº JRF/RV - 57/73
Recorrente: José de Paiva Ferreira
Recorrido: Divisão de Tributos Diversos
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes

Recurso Voluntário nº JRF/RV - 58/73
Recorrente: Escritório de Construções e Engenharia ECEL S/A
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Nelson Fernandes Eustáquio

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, em 25 de setembro de 1973

RÍVIA BARRETO MOURA
Assistente

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. Juiz Mauro Renan Bittencourt, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Setor de Diversões Sul - Edifício Venâncio III, 5º andar, que constam da pauta para a sessão que se realizará no dia 16 de OUTUBRO de 1973 (terça-feira), às 15,00 horas ou sessão subsequente processos com julgamentos iniciados ou adiados e constante de pautas anteriores, publicadas e mais o(s) seguinte (s) feito (s):

Recurso Voluntário nº JRF/RV - 60/73
Recorrente: Rubino Nascimento Ramos
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz: Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos

Recurso Voluntário nº JRF/RV - 59/73
Recorrente: Engeral Engenharia e Obras S/A
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Newton Egydio Rossi
Advogados: Dras. Martinha Thamiqui Kato, Izabel Terumi Takate e Regina Célia Prendini

Recurso Voluntário nº JRF/RV - 76/73
Recorrente: José Guedes Filho
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Júnior

Secretária da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, em 25 de setembro de 1973
RIVIA BARRETO MOURA
Assistente

DECLARAÇÃO

A FIRMA INDIVIDUAL - TIN CHING TSUI, estabelecida à CLS. 203, Bloco A, loja 27, INSCRIÇÃO GDF. 140.907, declara para os devidos fins, junto ao GDF., que foi extraviado seu Livro Registro de Entradas (modelo 1-A), nº 01.

Brasília, 28 de setembro de 1.973

- TIN CHING TSUI -

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 0,20